



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)
ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA**

**CONVITE À REBELDIA: uma reflexão sobre o Movimento
Estudantil de Serviço Social e seus desafios na
contemporaneidade**

**FORTALEZA – CEARÁ
2008**

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA

**CONVITE À REBELDIA: uma reflexão sobre o
Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na
contemporaneidade**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professor Ms. Estênio Ericson Botelho de Azevedo.

FORTALEZA - CEARÁ
2008

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA

**CONVITE À REBELDIA: uma reflexão sobre o
Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na
contemporaneidade**

Monografia apresentada por

_____.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Ms. Estênio Ericson Botelho de Azevedo
Orientadora

Professor Dr. João Emiliano ...

Professora Ms. Valdênizia Peixoto

DEDICO

A todos que de alguma forma resistiram e deixaram suas marcas na construção do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS) que me proporcionou a instigante, envolvente, dolorosa e encantadora descoberta da militância;

aos antigos, aos novos e aos futuros militantes do MESS que, apesar da complexidade conjuntural, lutam pelo fortalecimento do mesmo;

aos militantes, de forma geral, que se dedicam à construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

a toda minha família, em especial meu pai e minha mãe. E as pessoas que estiveram ao meu lado nessa caminhada, em especial uma pessoa: a Vida.

AGRADECIMENTOS

Com uma imensa e “dolorosa” alegria, satisfação e com um grande acúmulo teórico que agradeço as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para o processo de construção desse trabalho monográfico. Em especial,

Minha mãe e meu pai, pessoas a que tenho dificuldade em dizer/expressar meu amor. Pessoas que se dedicaram dia e noite, noite e dia à minha formação pessoal e acadêmica. Pessoas a quem devo grande parte de tudo que aprendi na vida. Pessoas que dedicaram carinho e atenção. Além de me proporcionarem condições financeiras, que tinham para tudo. Tudo mesmo, inclusive, em muitas vezes, para minha militância. Como se não bastasse, dedicaram todo tempo e tudo que qualquer pessoa possa imaginar, dentro dos limites deles, para me proporcionar toda a felicidade possível. Amo vocês. O acidente de moto e todas as outras perturbações foram sem querer.

A toda minha família: minhas avós (Rita e Maria Luiza), minhas tias e tios (Netinha, Márcia, Wellington, Willam) e seus respectivos companheir@s. Meus irmãos (a Adriana - companheira do Junior), minhas primas e primos. Às pequenas e pequeno da família (Stephany, Letícia, Mariana e Ruan). In memoriam, minha irmã – Alessandra, aos meus avôs – Luis e Osmar, saudades eternas.

As minhas amigas e amigos que estão em meu coração que fizeram e/ou fazem parte da minha vida. Amig@s da infância; da adolescência; da escola; da UECE, lugar de intensa experiência pessoal, do CALSS; do PDP; do DCE; do MESS; lá de trás do C.A-da mangueria: Val, Conceição, Robertinha, Gabriel, Rose, Vevé, Luana, Mili, Mira Maria, Diou, Aniely, Cris, Helo, Márcia Regina, Flavia, Junior, Rani, Meiri, Rebeca, Bele, Leina, Iara, Manu, Eduarda, Nat Queiroz, Fernadinha, Wladi, Sabrian, Dani, Kamila, Amanda Kelly, Cristina Dias, Ju, Tam Tam, Delany de Oliveira, Karyny Góes, David, Eduardim, Nathalia Naly ou Nat Roots. Incontáveis e valorosos. Obrigada à todas e todos.

Aos companheiros e companheiras do curso de formação política da juventude em movimento do RN (MST, DCE, FEAB, MESS e Consulta Popular) – Ceará Mirim, que insistem com muita força, alegria e resistência em nadar contra a maré, da forma mais linda, ética e comprometida que pode existir.

À Larisse Rodrigues, companheira de ENESSO, de PDP, de militância e de vida pela paciência, carinho e dedicação. Obrigada pelas trocas e incentivos em todos os âmbitos da minha vida. “Quero uma casa no campo do tamanho ideal para viver a VIDA-sem deixar de ir a festas especiais que me trouxeram grandes aprendizados e certeza de dias serenos-, chamar @s amig@s e criar pequenas preguiças e pequenos pandas”.

Às professoras do CESA, do Departamento de Serviço Social da UECE e as que ensinaram neste curso que teve uma contribuição fortíssima para formação da pessoa que sou hoje. Em especial, Eliana Paiva, Erasmo, Alessandra Xavier, Zelma Madeira, Aurineida, Liana Brito, Erlênia Sobral, Adnari, Pio, Estelinha, dentre outras.

À Tati, Mirla, Sâmya Rodrigues, Merylucia, Sâmbra Paula que deram e continuam dando sua contribuição para o ME.

Ao grande amigo e excelente orientador, Estênio Ericson, pela sua compreensão com minhas limitações principalmente devido à correria da vida, por toda sua dedicação, por suas leituras exaustivas em frente do computador, inclusive fins de semanas, por suas contribuições e orientações extremamente essenciais para a construção desse trabalho. Nem as mais lindas palavras expressariam minha gratidão e admiração por você. Não falo isto para “bajular”. São palavras sinceras.

Agradeço a todas (os) que participaram desse momento de aprendizado, com suas dores e, hegemonicamente, suas delícias. Momento rico, engrandecedor e único na minha vida acadêmica. Momento do despertar.

“Entre músicas, amor e livros”

RESUMO

O presente trabalho consiste numa pesquisa que visa a pensar o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), inserido no contexto dos Movimentos Sociais (MSs). Primeiramente, realizo uma análise dos conceitos de MSs, seguindo uma breve reflexão histórica sobre as principais lutas travadas e encampadas por estes movimentos no período de reabertura política (pós-ditadura militar) no Brasil. Posteriormente, analiso a realidade desses movimentos no período caracterizado pela implementação das políticas neoliberais. O objetivo central aqui é analisar o processo dos 30 anos de (re)organização política do MESS (da década de 1970 à de 2000), destacando os rebatimentos conjunturais nesse processo. A construção deste trabalho converge com as concepções de Sâmya Ramos, Silvana Santos e Larisse Rodrigues que, dentre outros autores, insistem que a atuação e participação no MESS devem ser pensadas enquanto possibilidade de construção de uma postura crítica e comprometida, que se põe como elemento potencializador da construção de uma outra sociedade. Com base ainda nessas autoras, estabeleço uma análise que tende a pensar o MESS também como um processo que influencia significativamente a formação política e profissional das (os) estudantes de Serviço Social. Neste sentido, a construção desse espaço político como propiciador de discussões, debates e, conseqüentemente, de luta deve ter como foco a consolidação do projeto ético-político profissional, vinculado e comprometido com um projeto societário de afirmação da igualdade, da liberdade e da justiça social.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, organização Política e formação política-profissional.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 MOVIMENTOS SOCIAIS: uma análise teórico-conceitual	15
2.1 GOHN E OS PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	17
2.1.1 O paradigma norte-americano: uma perspectiva comportamentalista dos Movimentos Sociais	18
2.1.2 As perspectivas dos “Novos” Movimentos Sociais e marxistas	21
2.2 A AÇÃO COLETIVA, O PROTESTO E A CONTESTAÇÃO COMO FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	26
3 Capítulo II - TUDO O QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR: resgate histórico da conjuntura brasileira	32
3.1 “A HISTÓRIA NÃO TEM FIM... MAS TEM COMEÇO”: UM PASSEIO PELA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL.....	34
3.1.1 Declínio da ditadura e reabertura política no Brasil	35
3.1.2 A gente não quer só comida, a gente quer inteiro e não pela metade: a “maldição” do neoliberalismo	40
3.2 E AGORA JOSÉ?.....	44
4 Capítulo III - MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL: quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida	50
4.1 ME, MS e MESS.....	52
4.2 <i>NOS ORGANIZANDO PODEMOS DESORGANIZAR E DESORGANIZANDO PODEMOS NOS ORGANIZAR: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ESTUDANTIL</i>	55
4.3 <i>É CAMINHANDO QUE SE FAZ O CAMINHO</i>	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – O DESAFIO É (RE)ENCANTAR-SE	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXO	72
ANEXO A – Questionário das entrevistas	73
ANEXO B – Declaração de autorização	74
ANEXO C – Carta encaminhada ao MESS	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais.

BM – Banco Mundial.

CA – Centro Acadêmico.

CALSS – Centro Acadêmico Livre de Serviço Social.

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

DA – Diretório Acadêmico.

DCE – Diretório Central dos Estudantes.

EAD – Modalidade de Ensino à Distância.

ENESS – Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.

FENEX – Fórum Nacional das Executivas de Curso.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

ME – Movimento Estudantil.

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social.

MP – Mobilização Política.

MR – Mobilização de Recursos.

MS – Movimentos Sociais.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

NMS – Novos Movimentos Sociais.

OMC – Ordem Mundial de Comercio.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE.

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.

SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.

UECE – Universidade Estadual do Ceará.

UEE – União Estadual dos Estudantes.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

1 INTRODUÇÃO

*Sonha e serás livre de espírito...
luta e serás livre na vida.*

Che Guevara

Este ano comemoram-se 30 anos de reorganização do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) pós-ditadura militar. A presente monografia se constitui a partir de um estudo desse processo de reorganização. O MESS é um movimento que tem uma relevante contribuição na organização política dos cursos de Serviço Social e no seu direcionamento ético-político, construído cotidianamente pelos estudantes desses cursos. Cabe destacar que esse processo não se dá de forma homogenia. Vale ainda dizer que esses 30 anos de reorganização do MESS têm sido caracterizados por intensas mudanças que se relacionam com o próprio processo de organização política mais geral da profissão e dos Movimentos Sociais, que se associam diretamente com as transformações conjunturais ocorridas nesse período.

Nessa perspectiva, o objetivo central deste estudo consiste em analisar esse processo dos 30 anos de resistência, luta e reorganização política do MESS, período que vai da década de 1970 até os anos 2000. A construção deste trabalho converge com a percepção, de Santos e Ramos (1997) e de outras autoras como, por exemplo, Vieira (2003) e Rodrigues (2008), que percebem a atuação e participação no MESS enquanto possibilidade de construção de uma postura crítica e comprometida dos futuros profissionais de Serviço Social, e por que não dizer, dos próprios sujeitos históricos que o compõem. Assim, seguindo a reflexão dessas autoras, penso aqui o MESS como espaço de contribuição para o processo de formação política e profissional das(os) estudantes de Serviço Social, espaço no qual se possibilita o envolvimento político de seus atores na construção e consolidação do próprio

projeto ético-político da profissão. Isto porque esse espaço proporciona discussões, debates e, conseqüentemente, a construção da luta por um projeto societário comprometido com igualdade, liberdade e justiça social, ao qual se vincula o projeto profissional do Serviço Social, atualmente hegemônico.

Este trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro capítulo abordo uma análise teórica e conceitual sobre os Movimentos Sociais. A partir disto, procuro pensar o Movimento Estudantil (ME), mais especificamente o Movimento Estudantil de Serviço Social, inserido nesse contexto dos MSs. Este capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro tópico destaca os principais paradigmas – norte-americano, europeu e latino americano – resultante de estudos referentes à temática e desenvolve uma reflexão a cerca do debate contemporâneo que permeia uma das principais discussões sobre os MSs, a teoria dos “novos” Movimentos Sociais. O outro pretende apresentar um debate entre algumas das teorias correntes referente a esta temática, buscando dialogar com alguns estudiosos da temática. Parto aqui de uma análise da categoria MSs, a partir de uma reflexão sobre os principais paradigmas e conceitos, considerando que estes não se apresentam de forma homogênea.

No segundo capítulo realizo um breve debate, devido os limites do próprio trabalho, acerca do período de redemocratização do país e dos atuais governos neoliberais. O que busco perceber é o processo histórico que conduziu o MESS em sua fase de rearticulação e reorganização enquanto movimento combativo e atuante na construção de uma sociedade mais justa e sem desigualdades. Nestes termos, realizo uma breve construção histórica que descreverá as principais lutas travadas e encampadas por este movimento nesse período. Tomo como ponto de partida o período de reabertura política, pós-ditadura militar, passando pelo período caracterizado pela implementação das políticas neoliberais por Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, e finalmente o período contemporâneo que está marcado pela continuidade destas políticas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Este capítulo também se subdivide em três partes. Na primeira, dialogando

com Alba Pinho e José Paulo Netto, realizo um resgate do período de redemocratização que vivemos no Brasil. Ainda neste tópico temos como tema o neoliberalismo. E, por fim, no segundo tópico, resgatamos o processo histórico do Partido dos Trabalhadores (PT). Partido de inegável contribuição política na história brasileira e na influência exercida pelas correlações de forças que dele emana.

Por fim, no terceiro capítulo, busco aprofundar a discussão sobre o MESS. Isto acontece com a realização de um resgate histórico da trajetória desse movimento durante esses 30 anos, com a descrição da organização estrutural, política e organizativa que é desenvolvida pelos militantes¹ do MESS e por uma reflexão, orientada principalmente pelas entrevistas realizadas, da situação atual desse movimento. Além disso, realizamos uma pesquisa documental, que contribuiu na análise dos dados produzidos. Os documentos priorizados serão: teses de segmentos do MESS apresentadas nos ENESS, atas, ofícios, jornais e boletins de Serviço Social, notas reivindicativas e informativas.

O interesse pelos temas que dizem respeito à organização política desse curso e o direcionamento ético-político do que vem sendo construído ao longo dos anos surgiu em virtude da participação nas atividades do movimento estudantil de Serviço Social e da categoria.² Destaco a participação em gestões do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS),³ na gestão da coordenação regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO);⁴ juntamente com as demais experiências acadêmicas vivenciadas no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) desde o segundo semestre de 2003, ano

¹ “Convencionou-se denominar militantes aqueles estudantes que atuam diretamente no movimento estudantil, seja em suas entidades ou participando de suas mobilizações e do seu cotidiano”. (Vasconcelos e Sampaio, 2003, p. 6)

² Aqui me refiro as atividades realizadas e organizadas pelo Conselho Federal e Regional de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

³ Participação nas gestões do CALSS/UECE: “Nos organizando podemos desorganizar (2004/2005)”, “Vamos nos permitir (2005/2006)”, “Nada há temer senão o correr da luta (2006/2007)”, “Sonhos semeando um mundo real (207/2008)”, “Fazer brotar a flor do inacessível chão (2008/2009)”.

⁴ Participei na coordenação regional da ENESSO (região II) na gestão (2007/2008): “Em busca da utopia nas asas da liberdade”.

que ingressei na Universidade e pela importância da intervenção desse movimento na conjuntura em que vivemos.

Pretendemos assim, contribuir para o processo de acúmulo teórico, organização política estrutural desse movimento de Serviço Social e para o entendimento do direcionamento etico-político desse curso. Além de ter a pretensão de, através deste trabalho monográfico, oferecer subsídios para futuras pesquisas sobre referentes a esta temática que se revela, diante de uma conjuntura tão adversa, cada vez mais necessária de ser aprofundada teoricamente. E, desta forma, contribuir para intervenções que acarretem o crescimento e o fortalecimento do Movimento Estudantil de Serviço Social.

Capítulo I

Movimentos Sociais: uma análise teórico-conceitual

*Já negaram tudo que bem pouco resta
nova teoria já dizem que tem
Tentam iludir os que tudo fazem pra que se
acomodem e parem também.*

*Qualquer discurso já é uma ameaça
e se for na praça correndo já vem
Não andamos muito mas sabemos agora
Já disse o poeta "quem sabe faz a hora"
e não se espera por quem já não vem.*

Ademar Bogo

2 MOVIMENTOS SOCIAIS: uma análise teórico-conceitual

Do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção.

Karl Marx

No presente capítulo, apresento uma reflexão acerca dos Movimentos Sociais (MSs), enquanto categoria historicamente constituída. Desenvolvo uma abordagem dos paradigmas relacionados aos MSs, de forma a precisar a concepção aqui assumida. A definição desses movimentos é muito ampla devido à heterogeneidade pela qual eles são apresentados. Muitos estudiosos analisam de forma diferenciada a construção dessa categoria. Pretendo aqui destacar a contribuição de alguns autores no que concerne a esta temática, autores esses cujos estudos deram base para formulação de conceitos e para construção de determinados paradigmas.

Abordo também neste capítulo um debate contemporâneo sobre os MSs, pelo qual esses se apresentam como “novos” Movimentos Sociais. Vale ressaltar que esse debate não se refere somente à mudança de nomenclatura (de MSs para “NMSs”) e sim se estabelece como uma análise conjuntural e teórica, que rerepresenta essa categoria “Movimentos Sociais”. Será discutida ainda a posição de pesquisadores que convergem com este debate contemporâneo, como por exemplo, Maria da Gloria Gohn, e a dos que divergem dele, como a de François Houtart,

sendo este último uma das bases da reflexão a partir da qual se constitui fundamentalmente este estudo.

2.1 GOHN E OS PARADIGMAS⁵ DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No intuito de compreendermos a visão de Gohn sobre MSs, abordo neste item algumas de suas considerações acerca da construção de paradigmas. De acordo com a referida autora (2002, p.13), podemos localizar de forma diferenciada certos paradigmas que balizam a reflexão sobre essa temática. Para a autora, cada paradigma corresponde a uma corrente teórico-metodológica composta por teorias elaboradas a partir de realidades particulares, que se apresentam por certas especificidades. Essas realidades são pensadas a partir da dimensão geográfico-espacial. Gohn as apresenta como paradigmas que se constituíram nas diferentes realidades. Em sua análise ela destaca as peculiaridades desses paradigmas pensados através de uma relação com as realidades da América do Norte, da Europa e da América Latina. Para a referida autora cada uma dessas realidades se configura a partir de um contexto histórico e de lutas diferenciados. Esses contextos manifestam dinâmicas de movimentos sociais, que vão corresponder a certos paradigmas. Daí que para a autora esses paradigmas se estabeleçam pelas especificidades de cada uma dessas realidades.

Partindo de uma reflexão sobre a realidade norte-americana, Gohn (2002, p. 25 e 26) propõe que se pense essa realidade por meio de uma divisão que se constitui por duas abordagens: as teorias clássicas sobre as ações coletivas e as teorias contemporâneas da ação coletiva e dos movimentos sociais, que engloba a Mobilização de Recursos (MR) e a Mobilização Política (MP). Início um debate a cerca desta temática no tópico seguinte.

⁵ Conforme GOHN (2002, p. 13), “um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas. T. Kuhn (1962), físico responsável pela difusão mundial do termo, afirmou que na ciência um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias”.

2.1.1 O paradigma norte-americano: uma perspectiva comportamentalista dos Movimentos Sociais

A primeira abordagem, a das teorias clássicas norte-americanas sobre as ações coletivas, estaria subdividida em cinco grandes correntes. A primeira corrente é a Escola americana de Chicago e os interacionistas.⁶ Essa corrente percebe os movimentos sociais como reações psicológicas às estruturas de privações socioeconômicas e como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos. Já a segunda corrente sobre os movimentos sociais no paradigma clássico da América do Norte é a teoria da sociedade de massas.⁷ Gohn (2002, p. 35) afirma que esta corrente

[...] via os comportamentos coletivos como resultados de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais ou tradicionais. Tratava-se de uma corrente mais preocupada com o comportamento coletivo das massas, vendo-o também como fruto da anomia e das condições estruturais de carência e privações.

Esta corrente segundo a pesquisadora, formulou teorias sobre os comportamentos políticos “não-convencionais”, denominados de massas ou desviantes. A terceira corrente traz uma abordagem sociopolítica.⁸ Para esta corrente o senso de comunidade é o fundamento de uma ordem social e os movimentos sociais seriam sintomas de descontentamentos dos indivíduos com a ordem social vigente. A quarta corrente clássica norte-americana é a do comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo.⁹ Para ela há uma estreita relação entre Movimentos Sociais e marginalidade. MSs ocorrem porque há pessoas desajustadas na ordem vigente; são característicos de sociedades em processos de mudança. Essa vertente afirma também que o bloqueio estrutural, o contato com as pessoas, a expectativa na eficácia do movimento e a ideologia são condições estruturais para o aparecimento de uma ação coletiva que geraria um movimento

⁶ De acordo com Gohn, os principais teóricos desta vertente são: W. I Thomas, Robert Park, George H. Mead, Everett, C. Hughes, Herbert Blumer, Erving Goffman, Kurt Lang e Ralph Turner.

⁷ Seus principais representantes foram Eric Fromm, Hoffer e Kornhauser.

⁸ Essa teoria teve como principais representantes Lipset e Rudolf Heberle.

⁹ Os teóricos que a embasaram foram: Parsons, Turner, Killian e Smelser. Os três últimos com suporte nas teorias de Parsons fizeram retornar a psicologia social para analisar os comportamentos coletivos.

social. A última corrente clássica do paradigma da América do Norte trabalha as teorias organizacionais-comportamentalistas.¹⁰ Para Gohn (2002, p. 48), esta última corrente “não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a teoria da Mobilização de Recursos”.

Quer pensando a mobilização e a posição dos movimentos sociais na realidade como “reações psicológicas, ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos”, quer considerando como “resultados de ações advindas de participantes desconectados das relações em ações normais ou tradicionais”, as perspectivas tradicionais que se inserem no paradigma norte-americano seguem numa tendência psicologizante e/ou comportamentalista das ações de grupos, ainda que conduzidos por um interesses coletivos. Essas ações, por vezes vistas como “fruto da anomia e das condições estruturais de carência e privações”, são também expressas como “sintomas de descontentamentos dos indivíduos com a ordem social vigente”.

Portanto, esse paradigma tem como fundamento, como base teórico-reflexiva, teorias que se desenvolvem por meio de uma análise comportamental, em que os movimentos podem ser caracterizados enquanto resultado das ações de “pessoas desajustadas na ordem vigente”. Se assim se consideram os movimentos sociais, logo se apresentam as bases de legitimação de seu controle e contenção, já que se expressariam como problemas comportamentais; manifestariam-se como ações desordenadas e anômicas. Em geral, as correntes norte-americanas clássicas apresentam determinados elementos comuns: elas abordam os Movimentos Sociais enquanto resultados de reações psicológicas e enquanto comportamentos não convencionais e quebra da ordem social vigente. Entretanto, a última vertente é vista por Gohn como uma abertura para o paradigma contemporâneo.

¹⁰ Esta corrente é representada pelos pesquisadores: Selznick, Gusfield, Messinger.

Dentre as teorias contemporâneas norte-americanas temos a teoria da MR e da MP. A primeira¹¹ rejeita a psicologia como foco explicativo básico das ações coletivas, assim como qualquer ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos centrados nas condições de privação material e cultural dos indivíduos. Ou seja, rejeita os marcos dos paradigmas clássicos como: sentimentos; descontentamentos e quebras das normas, todos de origem pessoal. Essa perspectiva trabalha com base em explicações comportamentais organizacionais. Gohn (2002, p.51) explica que

A variável mais importante da MR, como o próprio nome indica, é a dos recursos: humanos, financeiros e de infra-estruturas variadas. Os movimentos surgiram quando os recursos tornaram-se viáveis. Posteriormente essa asserção foi alterada: os movimentos estruturam oportunidades políticas para ações coletivas, assim como as facilidades e líderes estão em disponibilidade. Os movimentos também estruturam o seu cotidiano segundo o estoque de recursos que possuem, sendo os principais: os econômicos, os humanos e os de comunicação.

Várias críticas são feitas a esta teoria. A mais completa, de acordo com Gohn (2002, p.55 e 56), foi realizada por Jean Cohen. Ele destaca em sua crítica que a MR excluía valores, normas, projetos, ideologias, cultura e identidades de grupos sociais estudados. Na década de 1970, buscou-se uma reformulação dessa teoria da MR e a construção de novos caminhos dando ênfase ao processo político, com a redescoberta da cultura e da psicologia social.

A segunda vertente contemporânea, a MP, vai ter sua origem marcada pela era da globalização.¹² Segundo Gohn (2002, p. 79), a partir dessa teoria é disseminada uma idéia de que “não há mais uma ordem social de equilíbrio ou desequilíbrio, mas um contexto político favorável ou desfavorável às mobilizações”. Há ainda nessa perspectiva, conforme indica Gohn, certa retomada da concepção de cultura, que deve ser entendida não como um sistema, mas sim como um processo.

¹¹ Esta vertente é defendida principalmente por autores como Olson, Zald e McCarthy.

¹² Nessa vertente teórica se destacam os trabalhos de: Klandermas, Friedman, Tarrow, Fantasia, Johnston, Morris, Muller, Meyer, Smith, Taylor e Whittier, Kriesi, Laraña, Inglehart, Amenta, Goodwin, Traugott, Gamson, Tilly, McAdams, Snow e Benford, Jenkins, Gusfield, Oberschall, Della Porta, McCarthy.

Os conceitos básicos da MP seriam mobilização de estruturas (herança da teoria de mobilização de recursos), *frames*,¹³ ciclos de protestos e oportunidades políticas. Esta teoria passou a não mais considerar os recursos econômicos e a lógica instrumental racionalista como eixo central. Demonstra-se nessa vertente uma maior preocupação com a dimensão política e com o resgate de conceitos marxianos.

Apesar do paradigma norte-americano ter várias subdivisões (cinco correntes clássicas e duas contemporâneas – MR e MP), “todas elas tem denominadores e parâmetros em comuns, e dão continuidade a linhas básicas de investigação”. Neste caso da América do Norte, portanto, segundo a análise de Gohn (2002, p. 120), fala-se *paradigma*, no singular. O que não ocorre no caso europeu. Neste caso da Europa, a autora utiliza *paradigmas*, no plural, pois existem diferenças radicais nas premissas e análises de suas correntes: a Marxista e a dos “novos” Movimentos Sociais (NMSs).

2.1.2 As perspectivas dos “novos” Movimentos Sociais e marxistas

Gohn (2002, p. 121) percebe, então, na Europa a presença de dois paradigmas que, praticamente se contrapõe. De um lado, o dos NMS e do outro o paradigma marxista. O primeiro, paradigma dos NMS, têm como base “esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado”.¹⁴ Segundo a referida autora (2002, p. 120), este o paradigma dos NMSs é ambíguo, já que nele alguns teóricos

¹³ O conceito de frames seria o de marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva capazes de ofertar suporte e sustentação às ações do movimento ou grupo social (Gohn, 1997:87). Este conceito se apóia numa ótica político-cultural e processual, e não é mais estritamente cognitivista.

¹⁴ Os representantes teóricos deste paradigma são principalmente: Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros. As principais correntes teóricas européias dos NMSs são: a francesa, representada, principalmente, por Alain Touraine; a italiana, identificada pela pessoa de Alberto Melucci e a alemã, representada, principalmente, por Claus Offe.

partem de premissas totalmente distintas do marxismo (como Melucci), outros fazem uma ruptura na forma de abordagem, mas trabalham com as macroestruturas societárias (o caso de Touriane), outros ainda questionam a validade da utilização de alguns prognósticos realizados por Marx, argüindo pela necessidade de sua atualização - dado as transformações históricas -, sem negar a validade das categorias básicas (caso de Offe).

Esse paradigma europeu é também denominado como corrente neomarxista e culturalista-acionalista, que se consagrou e é mais conhecida como Teoria dos “NMSs”.¹⁵ Segundo Gohn (2002, p. 119), essa teoria fez uma revisão da teoria marxista européia, buscou a superação de dificuldades desta e rompeu com a mesma sem levar em consideração vários postulados básicos. Os representantes dessa teoria, seguindo o raciocínio de Gohn (2002, p. 122), negavam o “(...) marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos, e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea (...)”.

Ainda em seu estudo a autora (2002, p. 127) expõe os principais elementos apresentados por essa teoria dos “NMSs”, são eles: a falta de clareza no papel estrutural dos participantes no movimento; a apresentação de uma pluralidade de idéias, valores e tendências com orientações pragmáticas para buscar reformas institucionais que ampliem o sistema de participação de seus membros no processo de decisão; a emergência de dimensões de identidades; o obscurecimento da relação do indivíduo com o coletivo; a organização de forma difusa, segmentada e descentralizada, ao contrário dos partidos tradicionais, centralizado e burocratizados e as características ideológicas com nítidos contrastes com os movimentos da classe trabalhadora e com a concepção marxista de ideologia.

De forma Geral,

¹⁵ A teoria dos “Novos” Movimentos Sociais, de acordo com Maria da Glória Gohn (2002, p. 119), é dividida em três linhas que se diferenciam em: historico-política de Claus Offe, acionalista de Alain Touraine e psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe. Ainda. Segundo a pesquisa de Gohn (2002, p. 155), para eles “(...) movimento social é uma construção analítica e não um objeto empírico ou um fenômeno observável”. Gohn (2002, p. 147) destaca ainda, que “o paradigma teórico de Touriane alicerça-se na teoria da ação social. O conceito central é o de relações sociais, e o tema da dominação tem grande importância.”

Os “NMSs” caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* (aproximação) mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas, e em todo universo das questões de gênero, das minorias raciais e culturais etc (GOHN, 2002, p. 129).

Para Houtart (2007, p. 423), esse conceito dos “NMSs” é “(...) tão vago como perigoso por suas conseqüências desmobilizadoras.” Ele afirma que somente depois de quatro séculos o capitalismo conseguiu construir suas bases matérias de reprodução que são a divisão do trabalho e a industrialização e com isto nasce o proletariado como sujeito potencial. Ora, segundo Houtart (2007, p. 422) o capitalismo realizou um novo salto, proporcionado pelo surgimento de novas tecnologias, pela necessidade de uma acumulação acelerada para responder às novas demandas, e pelas crises do capital produtivo e do capital financeiro. Tudo isto deveria resultar na submissão de todos os grupos humanos, sem exceção, à lei do valor,

(...) não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses, sob outros mecanismos, financeiros – preço das matérias-primas ou dos produtos agrícolas, serviços da dívida externa, paraísos fiscais, etc. – ou jurídicos – as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Ordem Mundial de Comercio (OMC) –, tudo isso significando uma subsunção formal (HOUTART, 2007 p. 422-423).

O pesquisador segue seu raciocínio que se constitui enquanto uma concepção crítica sobre os “NMSs”. Ele (2007, p. 423) entende o novo sujeito histórico como o conjunto dos grupos sociais submetidos, tanto à subsunção real representada pelos denominados “antigos movimentos sociais”, como à subsunção formal, representada pelos chamados “novos” Movimentos Sociais.¹⁶ Nesse sentido, Houtart (2007, p. 423) afirma que “o novo sujeito histórico a ser construído será

¹⁶ Houtart refere-se a subsunção no sentido de roubo, apropriação, exploração do sujeito pelo capitalismo.

popular e plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores e não pela ‘multidão’ da qual falam Michael Hardt e Antonio Negri”.¹⁷

Chamemos atenção ainda para a conceituação que a própria Gohn faz de MSs. Para a referida autora (1995, p. 44), os movimentos sociais devem ser pensados enquanto

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

A importância da compreensão desse debate interfere, diretamente, na concepção teórica conceitual de Movimentos Sociais que será trabalhada no tópico seguinte. Além disso, reflete nas práticas dos movimentos e, conseqüentemente, no processo de ruptura com a ordem social vigente.

No que se refere ao paradigma marxista clássico, de acordo com Gohn (2002, p.172), ele tem duas correntes.¹⁸ Uma que é ligada ao “jovem Marx” e seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia¹⁹ e outra que decorre dos trabalhos do “Marx com idade mais avançada”, após 1850, e seus estudos sobre o desenvolvimento do capital, formação social, forças produtivas, superestrutura,

¹⁷ François Houtart apresenta Michael Hardt e Antonio Negri como estudiosos que defendem, assim, como Gohn a teoria dos “NMSs”. Ele, ao contrário, diverge desses nessa perspectiva e é um dos autores que referencia o direcionamento teórico dessa pesquisa monográfica.

¹⁸ Essa posição na qual se funda a reflexão de Gohn, que divide o paradigma marxista em duas correntes vinculadas às fases distintas da vida teórica de Marx, é vista por muitos autores como equivocada. Esses autores, que se distanciam da visão de Gohn, fazem uma análise que considera o caráter processual do pensamento de Marx. Considerar este caráter processual do pensamento de Marx é fundamental para ultrapassar a idéia de que haja uma ruptura entre o que se chama de “novo e velho Marx”. Dentre esses autores, destaco José Paulo Netto que em várias de suas exposições, destacando uma para o curso de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), afirma que esta divisão não existe. Para ele, Marx passou por um processo que o fez avançar em suas análises e não o dividiu, como afirmou Gohn, em seu “Marx novo e um Marx velho”.

¹⁹ Gohn destaca que para essa perspectiva esses estudos teriam continuidade nos trabalhos de autores como Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial.

ideologia, determinação, mais-valia e etc. Ainda sobre a corrente marxista europeia, pode-se afirmar que

(...) o marxismo, aplicado aos estudos dos movimentos sociais operários e não-operários, não é apenas uma teoria explicativa, mas é também uma teoria orientadora para os próprios movimentos. Por isso muitas vezes suas análises se assemelham a um guia de ação, porque estão voltadas não apenas para o entendimento analítico dos problemas envolvidos, mas refletindo a prática que se tornará práxis histórica (GOHN, 2002, p. 173).

Nesta linha de raciocínio desenvolvida por Gohn (2002, p.13 e 14), as posturas metodológicas da Europa e da América do Norte aparecem como geradoras de teorias próprias. Entretanto, discorre Gohn, na América Latina estas posturas foram híbridas: “geraram muitas informações, mas o conhecimento produzido foi orientado basicamente pelas teorias criadas em outros contextos, diferentes de sua realidade nacional”. Gohn (2002, p.15) finaliza sua abordagem sobre os paradigmas, relatando que o latino-americano concentrou seus estudos, quase totalmente, sobre os movimentos libertários;²⁰ nas lutas populares urbanas; e nas lutas pela terra e áreas rurais. Ela situa as questões apresentadas pela globalização da economia nesse paradigma e nos Movimentos Sociais no Brasil, mais especificamente. Em síntese, de acordo com o raciocínio de Gohn (2002, p.240)

(...) o estudo sobre os movimentos sociais latino-americanos deve ter um enfoque multidisciplinar, envolvendo a sociologia, a ciência política, a antropologia, a história, a economia e a psicologia social. A política deve ser destacada por ser a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder.

É perceptível a diferenciação que existe entre os três paradigmas apresentados por Gohn. O primeiro paradigma, o norte-americano, com as teorias clássicas e as correntes contemporâneas, tem por base, respectivamente, elementos advindos de uma abordagem que psicologiza as relações sociais e elementos que abordam as organizações sociais em relação com estruturas comportamentais. O segundo paradigma, o europeu, é subdividido em teoria dos “NMSs” e teoria

²⁰ Gohn refere-se a esses movimentos como sendo: movimentos de negros, índios, mulheres e minorias em geral.

marxista. Na verdade, como já dito, aqui se fala em paradigmas. Um que se constitui por uma análise culturalista, em que as lutas se põe e se manifestam no cotidiano da vida social e é permeada por ideologias. Outro, o qual converge com a perspectiva teórica desta monografia, que tem por base da reflexão as análises de Marx sobre a realidade social capitalista, que prima por um debate crítico sobre alienação, ideologia, consciência, forças produtivas, mais valia etc.

Já o último paradigma, o latino-americano, de acordo com as pesquisas de Maria da Glória Gohn, não gerou nenhuma teoria própria como os dois primeiros. A realidade latino-americana, em suas especificidades, apontam para uma reflexão que se conduziu em direção a movimentos de caráter libertário e que se relacionam com questões urbanas e rurais. Conduziu-se ainda numa perspectiva multidisciplinar, buscando uma aproximação entre as reflexões histórica sociológica, antropológica, econômica, da ciência política e da psicologia social.

Essa abordagem da pesquisa de Gohn é imprescindível para embasar um estudo teórico conceitual referente aos Movimentos Sociais, pois abrangem uma gama de elementos que são inegavelmente necessários para o aprofundamento dessa temática.

2.2 A AÇÃO COLETIVA, O PROTESTO E A CONTESTAÇÃO COMO FORMAS DE EXPRESSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com Safira Ammann (1991, p.127), para evitarmos problemas na definição de Movimento Social, devemos inferir como características fundamentais dessa definição o protesto e a contestação. Ela (idem, p. 128 e 129) apresenta a categoria Movimento Social com base em determinadas afirmações. A primeira afirmação é que todo MS é uma ação coletiva de caráter contestatório que reflete problemas inerentes ao modo de produção. A outra é que os movimentos estão inscritos em meio às relações sociais e rebelam-se contra determinados aspectos ou manifestações destas mesmas relações – que mantêm, necessariamente, uma unidade com as relações de produção, e se constituem a partir delas mesmas.

Ammann esboça uma definição conceitual sem pretensão de ser uma definição modelar, mas com a proposta de contribuir para o avanço conceitual desse campo temático. Para esta pesquisadora (idem, p.127) “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no nível das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”. Ela exemplifica como dinâmica de movimentos sociais respaldada pelo seu conceito, os camponeses que protestam pela falta de trabalho e, até mesmo, os protestos dos grandes proprietários rurais contra o projeto de reforma agrária. Ela ressalta também que é comum classificar as Associações de Moradores como MS, porém muitas dessas associações limitam-se à realização de práticas promocionais ou à resolução de problemas do bairro por via da cooperação, eximindo-se do caráter propriamente contestatório. As práticas promocionais têm sua validade, não se trata de atribuir uma conotação negativa a elas, mas em se tratando de conceituar com precisão o recorte dos MSs, elas não se configurariam por suas características fundamentais: o protesto e a contestação.

O estudo da autora referida acima revela que a dimensão da contestação e do protesto são fatores necessários para existência dos Movimentos Sociais, e como tais, devem ser levados em conta em qualquer reflexão. Rejeita-se, portanto, nesta perspectiva a idéia das teorias clássicas norte-americanas que abordam, principalmente, aspectos subjetivos e tem uma concepção positivista em relação aos MSs.

Já segundo Piort (1998, p.463), “são os movimentos sociais, talvez, a mais poderosa força de mudança em nossa sociedade”. Para este pesquisador (idem, p.465) “a adequada definição do fenômeno movimento social [...]” deve conter os seguintes componentes: uma coletividade de indivíduos que atuam juntos, um objetivo comum para ação ou ações, um nível de organização formal e ações com o grau relativamente alto de espontaneidade. Diferente, pois, de Ammann, para Piort é o caráter coletivo, mediado pela conjunção de objetivos comuns, que se manifesta pela dimensão organizativa e espontânea, o que caracterizariam os Movimentos

Sociais. Neste sentido, Movimento Social seria a posição de um determinado corpo coletivo organizado, constituído de forma espontânea a partir de objetivos comuns, não sendo necessariamente marcado, como expressaria Ammann, pela atividade contestatória.

Uma outra autora que se destaca nesse debate é Scherer-Warren. Ela (1987, p. 13) considera fundamental para a compreensão da dinâmica dos Movimentos Sociais as noções de práxis, projeto, ideologia²¹ e direção ou organização. Ou seja, para se caracterizar como um MS é necessário um plano organizativo que direcione politicamente o sistema de idéias construído por um grupo social. Este sistema de idéias pode ser o da classe dominante, a ideologia burguesa, ou o da classe dominada, a ideologia proletária ou socialista. Todos os elementos citados anteriormente estão relacionados, pois, com a noção de práxis que torna indissociável a unidade entre a teoria e a prática. Se estes conceitos são tomados separadamente torna inviável a caracterização adequada dos Movimentos Sociais.

Para Scherer-Warren (idem, p. 90) os MSs são os mais importantes comportamentos coletivos, pois “são maneiras permanentes no coração da vida social”. Essa perspectiva também considera o elemento da coletividade, assim como o de organização. Todavia, essa concepção de Movimentos Sociais não se encerra aí. A autora apresenta sua concepção de MSs destacando, assim como visto em Ammann, o elemento contestatório. Diz ela citando Alain Touraine,²² francês, sociólogo e pesquisador de renome dessa temática:

(...) os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do

²¹ A autora se refere à ideologia como sendo um conjunto de idéias - crenças, tradições, princípios e mitos - interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, as quais refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.

²² Vale ressaltar que apesar de não compartilhar da perspectiva teórico-política do autor, o mesmo tem um estudo teórico que contribui para o processo de discussão sobre os movimentos sociais. Quero enfatizar que o referencial teórico dessa pesquisa diverge da concepção desse autor que será exposta e discutida, mais profundamente, no próximo subtópico. A perspectiva teórico-política que adotarei é orientada pelas idéias marxistas, como veremos a seguir.

que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade (idem, 1987, p. 94).

Mas Scherer-Warren estabelece essa concepção indicando a práxis enquanto elemento fundamental dessa categorização de MSs. Para apresentar esta idéia, ela se vincula à concepção de práxis tal qual é exposta por Marx. Nestes termos, ela se apropria das palavras de Vazquez, quando afirma que a práxis consiste na “atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem” (idem, p. 14). Ela continua sua reflexão afirmando ainda que a práxis, enquanto “atividade real, objetiva, é, ao mesmo tempo, ideal, subjetiva e consciente”. Com base nessa sua análise, é que justamente se pode insistir numa reflexão que pense e afirme necessariamente “a unidade entre teoria e prática, unidade que implica também em certa distinção e relativa autonomia”.²³

Seguindo nessa reflexão que vincula a análise dos Movimentos Sociais à noção de práxis, podemos apresentar algumas contribuições de Ernest Mandel, um reconhecido marxista. Para ele (1979), “sem a acção da classe operária, é impossível derrubar a sociedade burguesa e construir uma sociedade socialista (...)” e para isto é preciso uma organização ampla, realmente, um organização revolucionária, na qual todos e todas possam trabalhar em conjunto, construindo este objetivo. Para isto, segundo o autor (1979), não se pode perder de vista a relação teoria e prática:

No processo de conquista e de reconstituição da unidade da teoria e da prática, tão depressa a teoria está em avanço sobre a acção como a acção precede a teoria. (...) Qualquer forma de teoria que não seja posta à prova através da prática não se revela uma teoria adequada, mostra-se insuficiente do ponto de vista da emancipação da Humanidade. É através de um esforço constante para conseguir as duas ao mesmo tempo, simultaneamente, e sem divisão do trabalho,

²³ Dos teóricos que se apropriaram do pensamento marxiano, destacam-se Lênin, pensador e político revolucionário; Lukács pensador e político húngaro e Antonio Gramsci (pensador e político revolucionário italiano). Podemos ainda destacar, algumas tendências teóricas contemporâneas como a dos estudiosos: Ernesto Laclau, Ralf Dahrendorf, Felix Guattari, Cornelius Castoriadis, Gustavo Gutiérrez e etc, tendências estas que, de acordo com Scherer-Warren (1987, p.10), “absorveram a contribuição marxista, mas que tentaram ora atualizá-la, ora superá-la, valendo-se para tanto das novas contribuições das ciências sociais, inclusive da psicanálise”.

que a unidade da teoria e da prática pode ser restabelecida a um nível progressivamente mais elevado a fim de que todo o movimento revolucionário, quaisquer que sejam as suas origens e objectivos socialmente progressistas, possa verdadeiramente alcançar os seus fins.

São nestes termos que aqui os Movimentos Sociais, na qual o MESS pode ser inserido, aparecem como categoria historicamente construída. É a partir da atividade prática, da ação criadora, que os sujeitos se constituem e produzem a realidade objetiva; transformam-na e transformam a si mesmos e aos outros homens. Neste sentido, pois, é que a ação humana pode aparecer como revolucionária, justamente na medida em que ela, que põe a realidade historicamente constituída, a modifica, a transforma. Entendidos como práxis social, os movimentos sociais caracterizam-se pelos elementos transformador e revolucionário. São ações dos sujeitos históricos que se conduzem na perspectiva de modificar a realidade na qual se inserem, contestando assim a ordem posta, tencionando sua transformação.

Essa atividade prática revolucionária e transformadora, portanto, não se põe de forma isolada; ela mantém uma relação com outras atividades que podem se conduzir numa mesma direção. Aqui, podemos retomar a dimensão projetiva dessa atividade prática. Ao agirem praticamente os sujeitos históricos idealizam, projetam. Nessa projeção se identificam com outros projetos individuais e constituem um projeto coletivo. Portanto, os movimentos sociais tomados enquanto práxis social, também se caracterizam pela condução de suas ações por um projeto coletivo, que aponta para uma transformação radical da realidade da qual eles fazem parte.

É essa a concepção que fundamenta este trabalho. A compreensão de que um Movimento Social deve ser entendido como uma ação prática revolucionária e transformadora, conduzida por um projeto coletivo, projeto este que expressa interesses comuns, mas acima de tudo apontam para uma mudança social posta por sujeitos que estabelecem relações entre si. Cabe destacar ainda que enquanto ação

transformadora esta atividade prática humana é mediada por condições objetivas, materiais, constitutivas dessa realidade a que a ação visa transformar.

Entendendo-se que a dinâmica da sociabilidade capitalista impõe limites ao desenvolvimento pleno da humanidade. Pautado na exploração do homem por outros homens, o sistema capitalista cria uma divisão entre classes que se manifestam por seus interesses antagônicos. A superação desta divisão tem relação com a construção, pela atividade prática revolucionária, de uma nova forma social que se baseie não mais nesse elemento explorador do capital pelo trabalho, mas que se fundamente na ampla potenciação da vida e do pleno desenvolvimento humano. Para Marx, somos nós, trabalhadores e trabalhadoras, que podemos, enquanto sujeitos potencialmente ativos, cuja prática pode se manifestar negadora da própria exploração por nós experienciada, projetar em nossas ações cotidianas os parâmetros de uma nova ordem social. Isto deve ocorrer a partir de um processo intenso de mobilização social, pela posição de um movimento amplo em torno de um projeto alternativo à ordem burguesa.

Capítulo II

Tudo o que é sólido se desmancha no ar: resgate histórico da conjuntura brasileira

Por mais ensurdecadores que sejam os gritos vis, para calar nossa utopia, faremos da nossa vida a melodia dos desvairados sonhos em tons de amor, rítmico bater de asas, negando as correntes, teimando em transcender os caminhos fechados.

Noraney

3 TUDO O QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR: resgate histórico da conjuntura brasileira

No meio das trevas, sorrio à vida, como se conhecesse a fórmula mágica que transforma o mal e a tristeza em claridade e em felicidade. Então, procuro uma razão para esta alegria, não a acho e não posso deixar de rir de mim mesma. Creio que a própria vida é o único segredo.

Rosa Luxemburgo

Realizo neste capítulo um resgate histórico dos últimos trinta anos com foco na realidade brasileira. Acredito ser necessário este resgate já que é nesse período que os movimentos sociais desenvolvem-se permeados de significativos processos. Como diria Alba Pinho de Carvalho (2007, p.1), “esse tema é uma tema instigante a provocar o resgate da memória... memória da vida brasileira”. Ainda seguindo seu raciocínio, ela afirma que podemos através deste resgate mergulhar na memória política recente do Brasil Contemporâneo.

É na dinâmica da história social brasileira que o Movimento Estudantil de Serviço Social se reorganiza. Justamente no desenvolver do processo de redemocratização. É então que o MESS, inserido numa dimensão mais ampla enquanto Movimento Estudantil segue numa perspectiva de mobilização e luta por uma sociedade mais justa e igualitária. O ideário democrático, que permeia a sociedade brasileira de então, potencializa a atuação dos grupos sociais insatisfeitos com a ditadura, inclusive a classe burguesa. Ao se posicionarem diante dessa realidade, contestando de forma organizada, estes grupos constituem um poder mobilizador que culmina em amplas mudanças políticas, sociais e econômicas, configurando a perspectiva de consolidação de um regime democrático de direitos no Brasil. Todavia, na década de 1990 começa a implementação perversa de um

projeto político denominado neoliberalismo. Este insere o Brasil num contexto de contra-reforma que será aprofundado no segundo tópico desse capítulo.

Por fim, realizo aqui um resgate histórico e uma análise crítica em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) que tem uma participação imprescindível no campo político brasileiro. Na década de 1980, considerado o “carro-chefe” do campo de esquerda dos Movimentos Sociais. Hoje, em conjuntura antagônica à de 1980, considerado, por estudiosos como Iasi, Boito e Behring, o causador da perda de referencial dos lutadores do povo e, ao mesmo tempo, o responsável pela continuidade e aprofundamento da implantação de políticas neoliberais.

3.1 “A HISTÓRIA NÃO TEM FIM... MAS TEM COMEÇO”: um passeio pela história recente do Brasil

A análise da história política do Brasil nos últimos trinta anos, segundo Alba Pinho de Carvalho (2007, p.1), deve ter como referência o fato de essa história se estabelecer a partir da “confluência de dois processos estruturais básicos”. São, segundo ela, dois processos que correspondem a projetos sociais distintos. O primeiro, consiste no “processo de democratização em curso a partir da década de 70”, o segundo inicia-se mais precisamente na década de 90 e configura-se enquanto “processo de inserção do Brasil à nova ordem do capital, deflagrado nos anos 90, configurando o que se convencionou chamar de ajuste estrutural com a implementação de políticas neoliberais”.

Carvalho (2007, p.2), ressalta dois pontos centrais dessa sua reflexão. O primeiro ponto é que a confluência desses dois processos constitui “o tecido sócio-político de toda a América Latina”, com configurações particulares em cada país. O segundo ponto é que a democratização e o ajuste estrutural se definem como dois projetos políticos qualitativamente distintos. A autora (2007, p. 2) afirma ainda que esses projetos “se articulam em um confronto permanente de perspectivas e direcionamentos da política”. Este confronto surge, porque, por um lado, temos uma perspectiva política de alargamento e redefinição de direitos sociais e, do outro

lado, temos uma perspectiva neoliberal conservadora de despolitização que segue na direção da destituição e flexibilização de direitos sociais.

Segundo Alba,

O Brasil Contemporâneo é marcado por essa disputa de projetos em que a hegemonia neo-liberal parece querer sufocar as conquistas progressivas, inclusive consignadas em lei, num cenário de lutas e resistências, fundando na política cultural que vem se gestando nos processos de democratização (PINHO, 2007, p.2).

Assim como o próprio cenário conjuntural brasileiro é permeado por esta disputa, sendo a própria dinâmica da vida brasileira tencionada por esses processos, os Movimentos Sociais, nos quais o Movimento Estudantil de Serviço Social se inserem, são atravessados pelos projetos que conformam a tessitura da sociabilidade brasileira. Ora, se é a partir dos desdobramentos do processo de redemocratização que os movimentos sociais aparecem fortalecidos, no que se costuma chamar de um período de efervescência política, é pelos rebatimentos da hegemonia do projeto neoliberal que os seus níveis de organizações e articulações políticas são postos em crise.

3.1.1 Declínio da ditadura e reabertura política no Brasil

Após o golpe militar de 64, no Brasil, os MS vivenciaram uma nova configuração com a reabertura política no país. Começa um processo de reorganização na atuação desses movimentos. Para Sader (apud Ramos e Santos 1997, p. 151), nessa conjuntura emergiu uma novidade que é

primeiramente enunciada sob forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais (...) levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular.

Alba Pinho começa o que ela chama de “passeio” no tempo remetendo-se a meados dos anos 1970, período que dá início ao declínio da ditadura militar,²⁴ caracterizada pelo autoritarismo, pela repressão e pelo arbítrio, em uma sociedade excludente e hierarquizada, considerado um dos piores períodos da história brasileira. É exatamente neste desencadear da crise ditatorial, que se gestam as condições objetivas, o pano de fundo apropriado ao desenvolvimento do processo de redemocratização brasileira.

Carvalho (2007, p.2), destaca alguns fenômenos marcantes que emergiram em meados dos anos 1970, como

crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias; revitalização das idéias de direitos; defesa da idéia de autonomia organizacional em relação ao Estado,²⁵ defesa de formas públicas de apresentação de demandas e negociação com o Estado.

Para ela, recria-se neste momento a forma de fazer política, estabelecendo-se assim uma nova configuração da relação da sociedade civil com o Estado que se expressa na, maioria das vezes, por meio das lutas e dos confrontos sociais. Carvalho, afirma ainda em seu artigo (2007, p.2) que a sociedade civil se constrói “em solos conflituosos em tempos de ditadura, deflagra uma luta pela liberdade política” e conquista vitórias memoráveis como, por exemplo, a promulgação da Lei de Anistia em 1979, a revogação da Lei de Segurança Nacional.²⁶

²⁴ De acordo com Netto (2005, p. 16) na Ditadura Militar “se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuraram um sentimento predominante derivado da imposição, por mecanismos basicamente coercitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões)”.

²⁵ “O Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos. Nem é um instrumento, uma ferramenta na mão das classes dominantes, para realizar seus interesses. O Estado é uma relação social. Nesse sentido ele pode ser considerado um ‘campo de batalha’. O Estado mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de forças da sociedade civil. A ação do Estado se situa, então, em relação à correlação de forças sociais” (FALEIROS, 1980, p.46 e 47).

²⁶ Segundo o acervo da ditadura (2008), em 13 de março de 1967 é promulgada a Lei de Segurança Nacional. Lei polêmica e com caráter ditatorial e repressor. Dois dias depois da promulgação, o General Arthur da Costa e Silva assume a Presidência do Brasil. Os próximos anos são considerados os anos de chumbo ainda mais pesado: 1968-1972.

Em meados da década de 1980 consolida-se o processo de redemocratização, seguindo o raciocínio da autora (2007, p.2 e 3), “são introduzidas fissuras importantes no pesado legado autoritário e excludente da história brasileira” como a organização da luta sindical; a reorganização, ampliação e diversificação dos movimentos sociais; a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT);²⁷ a eclosão no país da Campanha das “Diretas Já”²⁸ entre outras manifestações importantes. Alba Pinho de Carvalho define o processo que foi se construindo nessa década de “trama representativa” por onde a reivindicação de direitos civis, políticos e sociais puderam circular, criando identidades políticas e sociais fortes e conquistando vitórias essenciais na história brasileira. Dentre estas vitórias podemos destacar a criação de um espaço público informal, descontínuo e plural; o desalojamento da cultura da política dominante, ao fazê-la outras culturas e outras políticas e a promulgação da Constituição de 1988, que é considerada uma das maiores conquistas desse período.

Segundo Alba Pinho (2007), a Constituição de 1988 ou a chamada Constituição Cidadã marca um momento fundante de uma modernidade democrática. De fato, balizou o campo de luta social, sacramentando uma série de direitos criados socialmente, dando-lhes forma e a letra da lei, o que reforça em muito a potencia das próprias lutas da sociedade civil. Para ela (2007, p.3), a Constituição de 1988 “configurou um grande espaço de luta política, com confrontos e embates com os movimentos sociais, no esforço de inscrever novos direitos na ordem legal e os poderosos lobbies conservadores para manter os seus direitos de privatização do público. Assim, o texto legal, promulgado em 1988, incorpora uma agenda universalista de direitos e proteção social, traduzindo uma exigência de participação na gestão da coisa pública, acenando com as

²⁷ Este partido teve uma relevante contribuição na organização da classe trabalhadora nessa época e é palco de extremas polêmicas atualmente. Relevância e polêmicas que serão focadas e discutidas em um tópico desse capítulo – tópico 3.3.

²⁸ Segundo a enciclopeia livre Wikipédia (2008), a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo da pirâmide normativa. É a sétima^[1] a reger o Brasil desde a sua Independência.

possibilidades da construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania.

De acordo com Ramos e Santos (1997, p. 148),

Nesse período, emergem novas forças sociais que se expressam na formação do novo sindicalismo no ABC – São Paulo e no surgimento dos MS's que abrangem outros grupos sociais (feministas, ecológicos, negros (as), homossexuais etc.), e de partidos políticos que intensificam o processo de socialização da participação política. Nesse processo de emergências de novos sujeitos sociais, os (as) estudantes universitários (as) também rearticulam suas entidades e recriam seus fóruns de deliberações.

Os (as) estudantes participaram desse processo de redemocratização da sociedade, de forma mais orgânica, através do ME. Este é um movimento social, pluriclassista, heterogêneo, que tem um caráter histórico e segue tendencialmente na perspectiva da construção, em conjunto com outros movimentos e organizações políticas, alternativas para a concretização de uma transformação societária e assim a construção de uma sociedade mais justa.

O ME viveu um momento de efervescência política, de rearticulação/reorganização estudantil e de reestruturação de suas entidades. Rearticulou-se, no final dos anos 70, através do Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).²⁹ Segundo Ramos e Santos (1997, p.148), “a UNE foi a primeira entidade representativa organizada no âmbito nacional com caráter de massa a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira”. Esta entidade surgiu e foi por muitos anos entidade hegemônica na representação nacional dos (as) estudantes. Para Larisse Rodrigues (2008, p.28),

A criação da UNE representa a organização do movimento estudantil em torno de uma entidade que unificava as lutas dos estudantes e organizava as ações políticas, diferente do que ocorria anteriormente, pois as organizações visavam apenas lutas específicas e tinham caráter local.

²⁹A UNE surgiu no final dos anos 30. No período atual, há muitas discussões sobre a representatividade da UNE. Hoje, existem grupos organizados, como por exemplo, a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE) que debate a possibilidade de construção de uma outra entidade que represente os (as) estudantes a nível nacional.

Poerner (1979, p. 127) afirma, ainda, que esta entidade nacional é “Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente nacional da participação política estudantil [...]”.

No final da década de 70 e começo da década de 80, durante a trajetória de reconstrução do ME brasileiro, outras entidades, além da UNE, atuaram de modo bastante relevante para a organização dos (as) estudantes, destacando-se as executivas nacionais de cursos, que reconfiguram, de forma significativa, a definição de estratégias para a construção da ação política do movimento. Estas, de acordo com Ramos e Santos (1997, p.154) “elaboraram estratégias que evidenciam a importância da formação profissional no horizonte político do movimento” e defenderam

(...) a unidade entre as lutas específicas e as gerais, visando implementar, para o ME, uma dinâmica não corporativista, mas articulada e orgânica. Desse modo, na elaboração de uma estratégia para o movimento faz-se necessário estabelecer relações com outros sujeitos coletivos que lutem na perspectiva não-capitalista. (RAMOS e SANTOS, 1997, p. 155).

Este momento foi, também, de muito enriquecimento, fortalecimento e organização do Movimento Estudantil de Serviço Social. Ora, uma das grandes conquistas do período de redemocratização foi a promulgação da Constituição de 1988, em cujo texto está afirmada a Assistência Social como direito. Essa posição da Assistência Social como direito expressa um momento de grande força política da categoria profissional dos(as) assistentes sociais. Esta força política se materializa justamente no processo organizativo das instâncias da profissão.

Nesse período ainda, o Serviço Social passa por um processo de consolidação de um projeto profissional vinculado às lutas dos trabalhadores. A própria categoria se reconhece como classe trabalhadora e, como tal, fortalece os vínculos com outros trabalhadores via relação com outros movimentos sociais. A consolidação desse projeto perpassa os âmbitos formativos, interventivo e organizativo da profissão. É nesse primeiro que diz mais diretamente respeito aos estudantes, que passam a desenvolver e participar de atividades que se conduzem a

partir de reflexões teóricas críticas, e debates marcados pela opção política com claro posicionamento a favor dos interesses da classe trabalhadora. A participação do movimento estudantil, através de suas entidades representativas foi de fundamental importância nesse processo de consolidação de um projeto crítico-revolucionário no Serviço Social.

3.1.2 *A gente não quer só comida, a gente quer inteiro e não pela metade: a “maldição” do neoliberalismo*³⁰

O outro processo estrutural ao qual Alba Pinho se refere, configura-se no limiar dos anos 1990. De acordo com a referida autora (2007, p.6), esse é o tempo no qual se dá início a um processo “de inserção do país à nova ordem do capital, constituindo a experiência brasileira de ajuste estrutural”. Essa experiência, segundo Ricardo Antunes (2006, p. 12 a 14), inicia-se mais especificamente, em 1990, com a eleição de Fernando Afonso Collor de Melo. Ainda conforme Antunes, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso há a continuidade dessa experiência de forma ainda mais solidificada (vide os processos de privatização das empresas estatais, bem como um intenso sucateamento das instituições públicas e poucos investimentos em políticas sociais públicas). Atualmente com as duas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva, o sistema econômico continua sendo orientado pelo projeto político denominado de neoliberalismo.

Nas últimas década do século passado, e nos primeiros anos deste novo século, como nos indica Alba Pinho de Carvalho (2007, p.6), vivenciamos “um tempo histórico de hegemonia neo-liberal com a implementação da conhecida agenda do chamado ‘Consenso de Washington’”.³¹ Um período em que a lógica de

³⁰ A Política Neoliberal é caracterizada pela redução do Estado na esfera econômica e social, abertura do mercado às importações, precarização do trabalho, privatização de bens estatais, reajuste fiscal, transferência da responsabilidade do Estado para a esfera financeira, desemprego em massa como um mal necessário. Uma das faces do Capitalismo, que se baseia na propriedade privada dos meios de produção, visando à acumulação do capital (FALEIROS, 1988).

³¹ A expressão Consenso de Washington, Chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do

expansão do capital ganha níveis cada vez mais amplos e põe como exigências suas “[a] abertura da economia; [a] liberalização comercial; [a] entrada sem reservas do capital estrangeiro; [as] privatizações; [a] financeirização da economia; [e a] pesada reestruturação produtiva”.

Para José Luis Fiori (1997, p.205), “é preciso esclarecer, em primeiro lugar, que a ascensão do neoliberalismo não foi linear, nem se deu da mesma maneira em todos os lugares ou em todos os países”. Fiori (1997) acredita ser possível afirmar em linhas muito amplas e simplificadas que a ascensão desse projeto político obedeceu quatro etapas fundamentais. Seguindo o seu raciocínio (1997, p.205), podemos dizer que a primeira etapa se constitui no “tempo da resistência ou da clandestinidade.”³² O autor (1997, p.206) segue relatando que Perry Anderson

Chega a comparar com uma sobrevivência dentro de uma rede quase maçônica de relações entre estes poucos intelectuais. Mas também Perry Anderson reconhece que uma das virtudes destes pioneiros foi a coragem com que eles resistiram durante uma década, duas décadas, três décadas de supremacia de um pensamento oposto ao deles, sem jamais haverem feito nenhuma concessão, nem teórica, nem prática.

A segunda etapa ou o segundo fundamento da evolução neoliberal acontece a partir da década de 1960. De acordo com Fiori (1997), começa quando as idéias de Hayek, de Milton Friedman e de tantos outros, começam a ganhar espaço acadêmico, sobre tudo nas universidades norte-americanas de uma forma avassaladora. Para Fiori (1997, p.206), a terceira etapa do avanço do neoliberalismo “em direção à conquista do poder e desta hegemonia mundial que hoje ele ocupa me parece ter sido o momento decisivo da passagem do campo da teoria para o campo da política.” Esta ocorre com a chegada ao governo das forças liberais conservadoras, na forma de um quase “efeito-dominó”.

Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos. Acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. De outro lado, movimentos nacionalistas e de esquerda criticam essa política e protestam contra sua aplicação.

³² Fiori afirma que estas são palavras do historiador inglês Perry Anderson. Pesquisador que contribuiu inegavelmente nas construções teóricas sobre o neoliberalismo.

José Luis Fiori (1997, p.207), afirma, que “a partir da vitória eleitoral da Thatcher, em 1979, na Inglaterra, do Reagan em 1980 nos Estados Unidos, e do Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha” as políticas públicas começaram a ser orientadas em torno do tripé básico da desregulamentação, da privatização e da abertura comercial. Em uma última e quarta etapa, segundo ele (1997, p. 207), “estas idéias, realmente, dão um salto de qualidade, a partir da derrota ou implosão do mundo comunista.”

Temos ainda, de acordo com Enrique de la Graza Toledo (1997), no livro organizado por Asa Cristina Laurell, algumas características que são identificadas sobre o neoliberalismo no plano econômico, político e ideológico. Estas podem ser apresentadas como: a superioridade do livre mercado; exacerbação do individualismo; contradições entre a liberdade e a igualdade; um conceito abstrato de liberdade; um conservadorismo no plano cultural e um autoritarismo no plano político.

Uma das principais características da consolidação do projeto neoliberal que presenciamos é a minimização do Estado. O projeto neoliberal, segundo Siqueira (2004, p. 48), retira a função do Estado de provedor e defende e/ou estimula que o mesmo atue como regulador. Para a concretização desse processo são necessárias “reformas”, como por exemplo: previdenciária, fiscal, administrativa, tributária etc.

Este termo encontra-se entre aspas, pois concordamos com afirmação de Behring (2003) que “tais mudanças devem receber a denominação de contra-reformas”. Estas, segundo a autora, provocam um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. “Esta caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 90.” E, ainda, vincula-se à recusa de caracterizar como reforma esses processos regressivos que vem sendo implementado através da política perversa do neoliberalismo.

Entre estas se inclui, de acordo com Behring (2003), a contra-reforma universitária, que, desde a década de 90, vem sendo concretizada em sintonia com a política de organismos internacionais - Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) - que está orientada pela lógica do lucro, da competição e da privatização.

Seguindo a lógica do raciocínio de Siqueira (2004) podemos perceber que a política educacional, também, está sendo negligenciada, o ensino superior, mais especificamente, está sendo privatizado e sucateado pelos nossos governantes. Isto acontece como conseqüência da implementação desse projeto que está inserido no sistema capitalista e traz consigo o aumento de instituições particulares; surgimento e incentivo à modalidade de ensino à distancia (EAD); precarização do trabalho docente; maior investimento de verbas públicas em instituições sem fins lucrativos e a possibilidade de um ensino focalizado, massificado e minimalista.

Tanto o Movimento Estudantil de Serviço Social, como os outros Movimentos Sociais sofreram com os desdobramentos que refletem essa conjuntura tão perversa em que vivemos. Através da reestruturação produtiva, a qual vem com a perspectiva de capturar a subjetividade da classe trabalhadora e dificultar cada vez mais sua organização. Esse processo impõe níveis de desmobilização extremamente eficazes. Os trabalhadores, considerados agora “colaboradores”, “parceiros”, tendem a não mais se identificar enquanto classe. O controle do trabalho pousa em suas próprias mãos. Além disso, a lógica da concorrência entre os trabalhadores, fruto de uma realidade de desemprego estrutural, faz com que o outro seja visto como obstáculo e não como possibilidade. A precarização do trabalho, as múltiplas formas de organização flexíveis como o trabalho aparece na cena contemporânea, como entrave à organização política dos trabalhadores. O sindicalismo entra em crise. As centrais sindicais, além dessas dificuldades postas pelos limites da organização dos trabalhadores, seguem num processo de burocratização e cooptação pelo poder patronal e Estatal.

Esta lógica perpassa o âmbito das relações de trabalho e se expande para a totalidade das relações sociais. Os movimentos tendem a se conduzir por debates particularistas, fragmentando, assim, as lutas e desviando-se da centralidade da luta de classes. Ademais, a reconfiguração do Estado, em que este se minimiza cada vez mais e transfere suas responsabilidades para o mercado e para a sociedade civil, faz ressurgir o discurso da solidariedade, da responsabilização da sociedade civil para com os problemas advindos da exploração capitalista. Assim, a relação da sociedade civil com Estado deixa de se mediar, como era no período de efervescência política, pelo viés contestador e reivindicador e passa a mediar-se pela lógica da parceria, da co-responsabilização.

Além disso, temos a implementação intensa de contra-reformas como a da educação há pouco referenciada. Essas reformas apontam para o aprofundamento das idéias neoliberais. A reforma da educação, por exemplo, interfere diretamente na ação política do movimento estudantil, na medida em que confronta os direitos já conquistados e ainda se põe como obstáculo à luta por um ensino de qualidade, bandeira histórica do movimento. Essa reforma segue a lógica da mercantilização, na qual a própria educação assume o caráter de mercadoria, de forma que seus “compradores” assumem para com ela uma relação mercantil.

Enfrenta-se atualmente um momento de desarticulação e desmobilização generalizada. Nesse sentido precisa-se de um envolvimento social amplo na construção coletiva de um novo referencial para o campo de esquerda. Nesse sentido, torna-se necessário dialogarmos sobre o Partido dos Trabalhadores que, por muito tempo, foi esse referencial e um inegável articulador das lutas sociais.

3.2 E AGORA JOSÉ?

O Movimento Estudantil de Serviço Social (MESSS) tem uma relevante contribuição na organização política do curso e no direcionamento ético-político que é construído pela categoria das(os) Assistentes Sociais. Podemos destacar como

uma característica que se manifesta de forma hegemônica na história política do MESS: a vinculação de suas lutas aos interesses mais gerais da classe trabalhadora.

Neste sentido, observa-se, mais precisamente na década de 1980, um processo intenso de organização dos trabalhadores, culminando com a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos partidos que por muito tempo se apresentou como referência nas lutas e embates políticos encampados pelos trabalhadores. Esse partido vem expressar, em sua gênese, um projeto político para o Brasil, um projeto democrático e popular que visava a construção de sociedade justa, igualitária que se daria por meio da ação coletiva. O MESS se insere ativamente nesse processo. Com a mesma perspectiva de consolidar um projeto democrático para o Brasil, os sujeitos coletivos que constituem o universo dos cursos de Serviço Social desenvolvem ações políticas, discussões e debates que apontam para tal perspectiva. É o momento de efervescência política e intensa mobilização e participação. Momento este que é ainda marcado por um amplo envolvimento dos estudantes com uma luta mais geral, de ampliação da liberdade, da autonomia e da ampliação de direitos no âmbito universitário, como também a vinculação dos estudantes de Serviço Social às bandeiras de luta da categoria profissional que fortemente organizada, se conduzia num processo de consolidação de um projeto profissional que se destaca pela afirmação de princípios éticos como liberdade, igualdade, justiça social e compromissos políticos como democracia, cidadania, participação, manifestando claro vínculo com a classe trabalhadora.

Vale ressaltar a importante contribuição na organização política da esquerda que os partidos tiveram, em especial, o Partido dos Trabalhadores (PT). Este, desde os anos 1980, foi parceiro nas articulações e lutas travadas contra a ordem societária vigente. Segundo Iasi (2006), temos, primeiramente, um fato histórico em 1975 que direciona a organização do PT, a posse de Lula como Presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Após, o processo de reabertura política e o surgimento do PT. Em seqüência, temos a ascensão do movimento sindical e das lutas sociais. Nesse sentido, Iasi (2006, p.442) destaca

uma das frases compiladas das Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT ³³ que afirma “O governo PT não será um governo conformista, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país”.

É nesse sentido que o Partido dos Trabalhadores desenvolve uma dinâmica de luta e oposição frente à elite brasileira que por anos vêm governando o Brasil. Nestes termos, o PT se constitui como uma das grandes referências dos grupos de esquerda brasileiros. Como afirma Jose Genuíno (1989, p.359),

A substância rebelde que constitui o PT é feita deste conflito social, desta necessidade de contestar o regime e de transgredir a realidade estabelecida. O PT não pode conciliar com esta ordem, nem a ela modelar-se. No momento em que o fizer, ou conduzirá a enganos e fracassos aquelas demandas da sociedade ou será ultrapassada pelos movimentos instituintes da contestação.

Genuíno define a constituição ontológica do partido e a orientação política que o partido deve seguir. Iasi (2006, p.376), ainda, enfatiza uma das frases que marcou o discurso de Lula na 1º Convenção Nacional do PT em 1981 e que converge com a orientação política a que se referiu José Dirceu: “O Partidos dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital”.

É importante ressaltar alguns aspectos elementares na caracterização desse partido com o passar dos anos. Como, por exemplo,

[...] em 1979, o PT, propunha a “nacionalização e a estatização de todas as empresas estrangeiras”, assim como a “estatização de grandes empresas e bancos”, agora nas diretrizes do [Plano de Ação do Governo] PAG as coisas mudam um pouco (IASI, 2006, p.451).

Iasi (2006, p.452), afirma, de acordo com as resoluções do 7º Encontro Nacional em 1990, que “o Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada [...]”. Temos ainda, nesse contexto histórico, apesar da derrota, no segundo turno,

³³Segundo Iasi (2006, p.444), o 6º Encontro Nacional do PT é o “momento de gestar um plano que traduzisse as intenções do programa estratégico para o contexto de uma possibilidade real de chegar ao governo em 1989/1990”. É nesse sentido que construção das resoluções está orientada para o Plano de Ação do Governo (PAG) e suas diretrizes.

da presidência da república para Collor e com o desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS, a vitória do PT em várias eleições municipais por todo o Brasil. De acordo com Iasi (2006), isto burocratizou o partido e o afastou das lutas sociais, pois estas iam de encontro ao partido que estava na maioria das administrações públicas municipais. Isto começa a se manifestar, pois

Os encontros municipais transformaram-se em um jogo de multidões em que, não raramente, se impunha o poder econômico e o controle de máquinas institucionais, crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituía na prática a base partidária, crescia o poder de figuras individuais medido quase exclusivamente pelo número de votos conseguidos nas disputas eleitorais, criava-se um abismo entre as direções e as bases e mesmo essas direções iam sendo substituídas por espaços paralelos em que os rumos eram definidos para depois serem referenciado pelo partido ³⁴ (IASI, 2006, p. 506).

Mauro Iasi (2006, p. 496) verifica uma mudança nas terminologias que aparecem nos documentos das resoluções dos encontros nacionais do PT. Este começa a perder seu referencial socialista e tende defender uma “Revolução Democrática”, ao invés de uma com base na perspectiva do socialismo. Nesse sentido, nas resoluções do 8º Encontro Nacional desse partido em 1993, podemos verificar o seguinte trecho:

Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger o Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é esse o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os de baixo, com as maiorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática.

Assim para Iasi (2006), um dos objetivos centrais dos próximos encontros nacionais era a construção de uma nova orientação estratégica para o partido. Mas segundo o autor (2006), ocorreu um processo de inflexão à direita e uma retomada

³⁴ Segundo o autor (2006, p. 506), “o caso mais conhecido é o Instituto da Cidadania, que elaborou o programa das eleições de 2002 que depois foi apresentado ao partido [...]”.

da moderação, mais especificamente do 10º encontro nacional ao 12º, buscando como caminho a vitória nas eleições de 2002. Com isso, “o termo socialismo desaparece por completo das diretrizes de programa de governo e só aparece uma vez nas resoluções, associado à defesa de valores” (IASI, 2006, p. 513).

Segundo Armando Boito (2008), após ser eleito em 2002, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva gera uma grande expectativa por parte da esquerda brasileira e internacional. E, logo após, dissemina a perplexidade, a decepção e a revolta entre trabalhadores e intelectuais. Boito (2008, p.1) afirma que este governo “não esta só mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como esta aprofundando alguns aspectos desse modelo”.

Para Mauro Iasi (2006, p. 10) isto é consequência de um “gradualismo reformista” que ocorreu no interior do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com este, os governos de Collor e FHC tinham uma nítida orientação conservadora e neoliberal. Diferente do PT, que para Iasi (2006, p. 10), era um partido “organizado a partir de lutas concretas, sindicais, com um movimento político de afirmação da independência e autonomia da classe operária”. Afirma, ainda, que esta organização partidária se apresenta, inicialmente, como representante da “classe trabalhadora”, depois do “conjunto dos trabalhadores”, em seguida, do “povo” e por fim, dos “cidadãos”. Segundo ele, esta análise torna-se visível pelas mudanças terminológicas que estão na base da construção da auto-imagem desse partido, através principalmente das resoluções dos seus encontros e congressos.³⁵ Nessa mesma perspectiva Armando Boito (2008, p.2), afirma que a “orientação neoliberal do Governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira e para superar esta crise, será preciso, não apenas reconstruir o telhado, mas todo o edifício dos movimentos populares”.

³⁵Mauro Iasi (2006) faz uma análise dos documentos do PT. Ele analisa, de uma forma crítica e pertinente, os documentos e resoluções preliminares à fundação desse partido até o 12º Encontro Nacional do mesmo.

Essa conjuntura apresentada se reflete no Movimento Estudantil de Serviço Social, pois o mesmo não está inserido em uma realidade isolada em si mesma. O Movimento Estudantil está propenso a sofrer os rebatimentos de uma política neoliberal e da correlação de forças partidárias existentes no âmbito da organização política dos sujeitos sociais. Por isto, “é preciso estar atento e forte”; aprofundar o debate e a reflexão teórica, de forma que se tenham elementos capazes de conduzir-nos a uma interpretação correta do real e nos conduza numa intervenção mais qualificada e pertinente na luta pela construção de uma nova ordem societária.

Capítulo III

**Movimento Estudantil de Serviço Social: *quem traz na pele essa
marca possui a estranha mania de ter fé na vida***

*Marchamos por saber que em cada coração há
uma esperança
Há uma chama despertada em cada peito
E a mesma luz é que nos faz seguir em frente
E tecer a história assim de nosso jeito. [...]*

*Marchar se faz necessário para espantar os abutres desta estrada
E construir sem medo o amanhecer.
Pois, se eternos são os sonhos
Eterna também é a certeza de vencer.*

Ademar Bogo

4 Movimento Estudantil de Serviço Social: *quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida*

Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.

Bertolt Brecht

Não tenho o intuito de realizar um estudo fechado sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social, mas sim a pretensão de contribuir para a compreensão desse movimento. Devido aos limites deste trabalho monográfico, é necessário iniciar uma finalização para o mesmo. Realizo nesse terceiro capítulo, com base em toda a discussão apresentada na pesquisa e através das percepções apreendidas nas entrevistas realizadas com ex-militantes do MESS algumas reflexões, que nos conduzem a pensar a realidade do MESS hoje e sobre a importância de seu fortalecimento. Num primeiro momento, procuro caracterizar o Movimento Estudantil, de forma geral, vinculando à concepção de MS, e mais especificamente o Movimento Estudantil de Serviço Social. Em seguida, exponho o processo de organização do MESS, destacando a sua estrutura organizativa. Por fim, desenvolvo uma análise com base nas entrevistas³⁶ realizadas, cujas (os) entrevistadas (os) serão identificadas (os) por codinomes para que seja preservada sua identidade por uma questão ética. Estes serão: Bárbara de Alencar, Rosa Luxemburgo, Frida Kahlo, Pagu e Che Guevara.³⁷

³⁶ Ver anexo A e B.

³⁷ Estes codinomes foram escolhidos por representarem conhecidos lutadores do povo. Algumas pessoas que entrevistei foram militantes do MESS e outras ainda o são. Fizemos o recorte de militantes da década de

4.1 ME, MS e MESS

Movimento Estudantil é todo e qualquer grupo organizado de estudantes em torno de objetivos políticos, culturais, acadêmicos, religiosos, outros. O ME possui ainda um caráter político-acadêmico. Político porque defende valores, ideais, projetos de sociedade, visões de mundo e atua na sociedade para disputar e construir esses valores. Acadêmico porque possui uma vinculação com a academia, a universidade, faculdades etc. Isso significa dizer que sua luta costuma ter muito o vínculo com as questões da educação, em particular, referentes a melhoria do ensino público superior gratuito. No entanto, isso não pode, nem deve limitá-lo à esfera exclusiva da academia. Pois, como parte integrante de um todo social, a sociedade, não só sofre reflexos do que nela ocorre, como também pode e deve influir na mudança de sua estrutura, em prol de uma sociedade verdadeiramente igualitária, com respeito e livre convívio entre as diferenças. Nesse ponto, é que está a compreensão de que ele (o ME) é um Movimento Social.

O movimento Estudantil, pois, se insere e pode ser reconhecido como Movimento Social, justamente quando, se caracteriza pelos aspectos fundamentais de protesto e contestação e não deixa de se afirmar como uma ação coletiva de caráter contestador. O ME – e esta é a hipótese defendida nesta monografia – deverá ser avaliado sob o crivo de variadas determinações, como: o momento pelo qual passa a luta de classes; o histórico de atuação, a forma como historicamente organizaram e atuaram politicamente os estudantes; isso tudo em uma análise vista a partir de uma classe, a trabalhadora. É constitutiva da realidade do Movimento Estudantil sua permanente construção. Ele se caracteriza pela transitoriedade. Cabe dizer ainda que ele é pluriclassista, já que se pode identificar, ainda que historicamente predomine a sua vinculação ao projeto revolucionário, posições de classe distintas.

1980, 1990 e de 2000, privilegiando para a realização das entrevistas pessoas que ainda mantêm uma relação com o MESS. Para, assim, contribuírem de forma positiva neste trabalho.

Por isso, é importante que o ME interaja com as outras formas de organização da sociedade que confluem com os seus objetivos. Por exemplo, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que lutam pela reforma agrária. Sua luta também é a nossa na medida em que isso possibilita uma estrutura social no campo mais agregadora, além de saber que a luta deste movimento como a nossa, também tem como um de seus eixos a educação. Outros movimentos que também podemos citar é o dos Desempregados; a pastoral operária; o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); as pastorais sociais em geral; os movimentos quilombolas; os movimentos de negros e negras; os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT); de mulheres; de geração etc. Não se constrói uma sociedade justa, sem romper com as cercas das diversas formas de desigualdade social e opressão, produzidas por uma sociedade que tem como eixo a exploração de maioria do povo pelo capital, a sociedade capitalista.

No âmbito do ME, as entidades aparecem como espaços de organização política. Nesse sentido a entidade é um espaço político-organizativo do conjunto dos estudantes. Como tal ela deve ser uma representação do conjunto das posições e não de uma única só ou de nenhuma. Se ela se constitui a partir de uma única posição, ou poucas, está marcada pelo aparelhamento. Se constitui por nenhuma, marca-se pela nulidade. O aparelhamento é quando um grupo ou poucos grupos, de qualquer caráter (político, religioso, empresarial, cultural, etc.) utiliza qualquer mecanismo (inclusive as entidades) para fazer valer exclusivamente a sua posição. Isso, além de anti-democrático, não contribui para o avanço das lutas de um movimento. O apartidarismo é o caminho diametralmente oposto, exatamente o contrário. Algumas vezes bem intencionado, para evitar o aparelhamento. O problema é que isso pode muitas vezes esconder as divergências ou mesmo frustrar debates importantes para o esclarecimento de todos (as). Vale lembrar que apartidarismo é uma reivindicação conservadora de direita. Inclusive de reitores das universidades, não só na época da ditadura militar como mesmo agora (proposta,

por exemplo, quando da reformulação do Estatuto da UECE, onde o Pró-Reitor de Pós-Graduação propunha que fossem vedadas atividades político-partidárias dos estudantes).

Ora, partido não precisa ser um ente formalmente constituído para representação e disputa de espaços políticos institucionais. Partido pode ser um grupo qualquer que tenha posições definidas sobre diversos ou mesmo um único assunto. Isso é o que chamamos, de tomar partido. Tomar posições. Que podem ser individuais ou coletivas. Existe também um termo muito usado no ME: independentes. Normalmente, é usado para definir aqueles (as) que ainda não aderiram a um grupo conhecido no ME ou na estrutura social em geral. Não há nenhum problema nisso. Desde que nem os grupos tolham as ações e posições dos “independentes”, nem estes dos grupos. Que haja o respeito entre as partes, garantindo a pluralidade (e não as picuinhas).

O que se deve garantir, em termos de uma concepção democrática, é a pluralidade de idéias e posições políticas. Cabe dizer que pluralidade não é sincretismo, ou seja, juntar correntes extremamente opostas dentro do movimento. Como correntes que na verdade defendem direitos da classe dominante exploradora que vai contra mesmo princípios democráticos, e de outras que defendem os interesses da maioria do povo brasileiro e dos povos do mundo, que sofrem às custas de sistemas societários injustos, como é o capitalismo.

Em termos de Serviço Social, o Movimento Estudantil se constitui pelo conjunto de estudantes desses cursos. Além das características acima expostas, poderíamos acrescentar que no caso do MESS, as lutas encampadas também se articulam numa mesma direção política que é tomada pela categoria profissional, no sentido de lutar pelo desenvolvimento de uma formação profissional de qualidade. Neste caso, o MESS é também considerado uma instância organizativa da categoria das (os) Assistentes Sociais. Mas cabe destacar que ainda que mantendo uma relação com as demais instâncias organizativas da categoria, o MESS deve primar

pela sua autonomia frente às entidades profissionais. Essa autonomia, que preserva o campo de ação e as lutas específicas do coletivo de estudantes é consolidada e fortalecida justamente nos espaços coletivos que configuram a mobilização e materializam a organização das (os) estudantes de Serviço Social. É sobre esses espaços que trata o tópico a seguir.

4.2 NOS ORGANIZANDO PODEMOS DESORGANIZAR E DESORGANIZANDO PODEMOS NOS ORGANIZAR: Organização política estudantil

No início da década de 80, era analisada a necessidade da criação de uma entidade nacional. Uma das propostas para entidade era de articulação do MESS com outras entidades da categoria - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) - e intensificar o contato com as outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso). Esta proposta é concretizada por esta entidade até os dias atuais.

No dia 05 de agosto de 1988, no X ENESS realizado no Rio de Janeiro - RJ, depois de um longo processo de discussão foi criada a nova entidade. Esta entidade, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE) representa a nível nacional as (os) estudantes de Serviço Social. Esta entidade está em constante construção. No ano de 1993, no XV ENESS realizado em São Leopoldo - RS, ocorre a mudança do nome da entidade de SESSUNE para ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social). Esta mudança foi uma postura política dos estudantes. Refletia a realidade das executivas nacionais de curso e o posicionamento das (os) estudantes de Serviço Social, que questionavam a UNE por sua falta de articulação com o movimento de área. A mudança de nome da entidade foi uma atitude política pela busca de uma maior autonomia frente a UNE.

Nesta mesma década, no ano de 1991, percebendo que a formação profissional se tornara uma temática de grande relevância e sempre presente nos

fóruns de discussão do MESS, a ENESSO começa a realizar, anualmente³⁸, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS).

Segundo Ramos e Santos (1997, p.161) “outra questão que merece destaque no processo de intervenção do ME, na esfera da formação profissional, foi a criação da coordenação nacional de representação estudantil ABESS³⁹, inserida na diretoria da ENESSO”, pois

A aprovação da secretaria de formação profissional e da coordenação nacional de representação estudantil da ABESS inaugura um marco histórico no Serviço Social tanto pelo reconhecimento da sua relevância no que se refere à contribuição do ME à formação profissional, quanto pela percepção do espaço acadêmico, enquanto *locus* de intervenção e disputa política. (ENESSO, Coordenação Nacional de Representação de ABESS da ENESSO, 1993 apud RAMOS e SANTOS, 1997, p. 148).

De acordo com o pensamento das autoras, o MESS tem se constituído, portanto, em um parceiro nas discussões e lutas que se desenvolvem no seio da categoria dos profissionais de Serviço Social. O mesmo em conjunto com as outras entidades representativas da categoria – Conselho Federal e Regional de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – continuam na luta pela qualidade de ensino e por uma formação ética, política e profissional qualificada, orientada pelo Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social. Tal projeto é referenciado pelo Código de Ética de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão, também de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996.

Tendo como referências as vivências no ME, pode-se perceber nitidamente que os estudantes tem uma organização política estrutural. Esta pode dividir-se em

³⁸ O SNFPMESS, atualmente, é realizando de dois em dois anos, pois o mesmo alterna o ano de sua realização com o Seminário Regional de Formação Profissional de Serviço Social (SRFPMESS). Isto foi deliberado pelo conjunto das (os) estudantes de Serviço Social para facilitar a participação dos mesmos nos encontros e para facilitar uma articulação política a nível nacional e regional.

³⁹ Atualmente, esta entidade representativa é denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS).

três partes para o melhor entendimento dessa dinâmica. Desse modo de acordo com Larisse Rodrigues (2007, p. 34), estas subdivisões podem ser definidas como “movimento estudantil geral; movimento estudantil de base; e movimento estudantil de área”.

As entidades representativas que têm destaque no movimento estudantil geral são: União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade máxima de representação nacional dos estudantes; União Estadual dos Estudantes (UEE) que representa em nível de estado o conjunto de estudantes; e Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade de representação máxima dentro da Faculdade ou Universidade representando os estudantes de todos os cursos.

Já no Movimento Estudantil de Base destacam-se entidades como os Centros Acadêmicos (CA) ou Diretórios Acadêmicos (DA)⁴⁰ e o Conselho de Representante de Turma (CORETUR). Larisse Rodrigues (2007, p. 35) enfatiza que estas

são as organizações locais de representação dos estudantes de cada curso. São chamadas de entidades de base, pois possuem um contato mais direto com o coletivo de estudantes, defendendo os interesses e travando lutas no curso e na universidade. O CORETUR é um colegiado formado por representantes de turma, com o intuito de travar discussões nas salas de aulas e ter contato permanente com a coordenação do CA ou DA, levando as demandas dos estudantes e articulando as lutas cotidianas.

Por fim, o Movimento Estudantil de Área se organiza através das executivas e federações, as quais representam nacionalmente os (as) estudantes de cada curso. Estas são entidades autônomas que possuem fóruns de organização próprios de cada área, de acordo com os interesses dos (as) estudantes. Optam pelo

⁴⁰ Estes são para ser espaços democráticos, autônomos e representativos. Devem fomentar e potencializar a formação ética e política, crítica e profissional dos (as) estudantes. Tem um papel de extrema importância na organização do MESS, pois faz com que os (as) estudantes busquem espaços, além da sala de aula. De acordo com a cartilha da ENESSO o seu funcionamento é assegurado “pela lei n.º7.395, de 31 de outubro de 1985, do artigo 4 da Constituição Federal: ‘Fica assegurado aos estudantes de cada curso de nível superior o direito a organização de Centros Acadêmicos ou Diretórios Acadêmicos, como suas entidades representativas’ (ENESSO, 2008, p. 3).

caráter democrático e articulação direta com as entidades de base. Segundo Larisse Rodrigues (2007, p. 36), este não tem a intenção de se fechar em si mesmo, “mas se articular com as demais executivas, como ocorre no Fórum Nacional das Executivas de Curso (FENEX), encontro anual que reúne as executivas e federações”. Para Sâmya Ramos (1996, p. 86), “procuram, ainda, construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas e com viabilidade de execução”.

Ainda referente ao movimento estudantil de área, destaca-se a organização política estrutural do MESS. Desta forma, esse movimento é composto por uma estrutura politico-organizativa e o conhecimento de seus fóruns e entidades é necessário para compreensão desta estrutura. Segundo o Estatuto da ENESSO⁴¹ (2007a, p. 1),

A ENESSO é a entidade máxima de representação dos estudantes de Serviço Social do país. Não possui fins lucrativos e garantindo sua autonomia reconhece a UNE como instância de representação do movimento estudantil. Sua coordenação tem mandato de um ano e a escola sede será definida por seus coordenadores. Luta pela unificação das lutas dos estudantes na defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial, sendo esta luta articulada com outros movimentos sociais.

Para uma melhor organização em nível nacional e para um melhor resultado na organização das lutas que articula a ENESSO se divide, de acordo com seu atual estatuto, em sete regiões: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII – São Paulo.

⁴¹ O Estatuto da ENESSO, criado em 1989 no XVI ENESS, é “revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas ou pela ENESSO, extraordinariamente” (ENESSO, 2007a, p. 13). Este que somente pode ser revisto na plenária do seu fórum de deliberação máxima o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS.

As regiões foram divididas dessa forma, para que houvesse uma melhor articulação entre as escolas e a coordenação da ENESSO, sendo divididas de acordo com a localidade e a quantidade de escolas por região.

A diretoria dessa executiva, até o 30º ENESS reorganizado após a abertura política, era constituída pelos seguintes cargos: Coordenador (a) Geral; Secretário (a) Geral; Coordenador (a) de Finanças; Coordenador (a) de Comunicação; Secretário de Formação Político – Profissional; Coordenador (a) de movimentos sociais, cultura e valores; Coordenador (a) de Relações Internacionais; e Coordenadores (as) regionais. A diretoria da entidade era formada por coordenações em forma de colegiado para que não houvesse o caráter hierarquizado, contando com sete cargos que compunham a diretoria nacional da executiva, juntamente, com os coordenadores regionais.⁴²

De acordo com o estatuto da ENESSO (2007a), a executiva do curso de Serviço Social possui fóruns com o intuito de melhor articular, organizar e efetivar suas ações políticas, estes fóruns são sediados por uma das escolas de Serviço Social⁴³ e são organizados pelo Centro Acadêmico/Diretório Acadêmico dessa, pela ENESSO e a representação discente em ABEPSS. Cada fórum deliberativo aprova seu próprio regimento interno, mas de acordo com o estatuto da ENESSO o voto é por escola, onde cada uma delas tem três votos. São consideradas instâncias deliberativas dessa entidade: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), que reúne anualmente representantes das entidades estudantis de Serviço Social a nível nacional para definir a pauta do Encontro Nacional das (os) Estudantes em Serviço Social (ENESS) e realizar discussões de formação política e profissional; ENESS, instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de

⁴² Atualmente, ocorre um debate em torno dessa estrutura, pois, após o resultado das eleições do ENESS de Londrina-PR, a ENESSO é dirigida por seus coordenadores regionais. Iremos abordar este assunto com mais profundidade no próximo tópico desse capítulo.

⁴³ Geralmente, procura-se estabelecer um rodízio entre as escolas, ou no caso dos encontros nacionais entre as regiões no que se refere à definição da sede dos encontros, de forma que se amplie a possibilidade de participação de todas/os estudantes. A escola é definida por meio de votação, ao término de cada encontro.

Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país; Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS), que reúne anualmente representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social (ERESS) realizando, ainda, discussões acerca da formação política e profissional; e ERESS, encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região. O MESS possui, ainda, fóruns não deliberativos que são: Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SNFPMESS) e Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social (SRFPMESS), estes que ocorrem bianualmente, sendo o primeiro nos anos ímpares e o segundo nos anos pares.

Vale ressaltar que essa estrutura político-organizativa do MESS é repensada a cada encontro e é, sempre, importante, para um melhor conhecimento da mesma. Atualmente observa-se a existência de um debate no qual se avalia se seriam cabíveis modificações nessa forma de organização do MESS. Pensa-se ainda, de forma contrária a essa idéia de uma mudança na organização política do MESS, que diante da efetivação de mudanças nessa forma atual de organização o MESS poderia sofrer com os reflexos dessas alterações, considerada ainda por alguns, como essencial para a consolidação da organização política e profissional dessa profissão.

4.3 É CAMINHANDO QUE SE FAZ O CAMINHO

Nesse sentido, começo afirmando que foi citado por todas as pessoas entrevistadas a caracterização desse movimento como um Movimento Social e que, também, se articula com outros movimentos, buscando atuar nas lutas sociais e principalmente nas lutas que dizem respeito à educação. Analiso e também foi identificado nas entrevistas que esse movimento é caracterizado pela curta duração

da militância, levando em consideração o tempo da graduação dos estudantes. Todas as entrevistas convergem nesse sentido,

Penso que o ME é um MS pluriclassista que abrange diversos segmentos de estudantes oriundos de uma diversidade de classe, gênero, etnia, orientação sexual. E para mim ele é extremamente importante porque ele tem uma particularidade em relação aos outros MS, pela sua transitoriedade (ROSA LUXEMBURGO).

Analisando as entrevistas afirmo que foi citado por todas as pessoas entrevistadas, que atuaram no MESS antes da década de 1990, uma aproximação anterior com algum movimento religioso católico. Como por exemplo, as entrevistadas denominadas como Bárbara de Alencar e Rosa Luxemburgo que militaram, respectivamente, na década de 1970 e na década de 1980, participaram de movimentos ligados à igreja católica anterior à participação destas no Movimento Estudantil.

Dessa forma, é perceptível, também, a entrevistada cujo codinome é Frida Kahlo, que participou desse movimento, na década de 1990, tinha uma formação religiosa católica, mas não participou de nenhum movimento da igreja católica. Bem como, a entrevistada Pagu e o entrevistado Che Guevara. Estes estudaram e militaram no ano de 2000.⁴⁴

Nesse aspecto, é relevante enfatizar que o MESS, em tempos conjunturais adversos, é uma das “portas de entrada” para vida política das(os) estudantes de Serviço Social. Como afirma Rosa Luxemburgo em relação ao ME, “ele acaba sendo formado de futuros militantes para outros Movimentos Sociais”. Frida Kahlo complementa em uma de suas falas:

Na minha opinião [o ME] abre as portas para o despertar político da grande maioria dos militantes que não fazem parte do Movimento Estudantil hoje, mas participam de espaços de construção de sujeitos coletivos. Geralmente é a porta de entrada para o despertar da vida política. Considero que o movimento estudantil é indispensável nesse

⁴⁴ Ressalto que o movimento é da igreja católica, pois, atualmente, há um maior número de igrejas protestante. Isto suscita um debate que não cabe na discussão dessa pesquisa.

sentido. Para o despertar da vida política de diversas pessoas. Geralmente, o primeiro contato da juventude com a militância. Portanto, marca a vida de muitos sujeitos.

Essa caracterização do ME como espaço iniciador da participação política é confirmada também nas falas de Pagu e Che Guevara, respectivamente:

O Movimento Estudantil foi o “ponta pé” para que eu chegasse aos Movimentos Sociais. O Movimento Estudantil de Serviço Social foi o MS de que eu participei. E a partir dele eu estive participando e conhecendo outros movimentos sociais.

No Movimento Estudantil eu tive uma aproximação muito maior com os Movimentos Sociais. A partir do ME conheci inúmeras pessoas e tive inúmeras vivências que vão ser extremamente importante na minha vida. Além de extrema importância para a maturidade política.

Atualmente, como reflexo do processo de implementação da política neoliberal na sociedade capitalista que é vivenciada, ocorre uma crise nos Movimentos Sociais que tem seus rebatimentos, também, no Movimento Estudantil. Por este não se caracterizar como um movimento isolado da conjuntura brasileira, mais especificamente. Esta crise é identificada com a colaboração nas seguintes falas,

Atualmente, o ME e o MESS sofre uma crise, como a dos MSs. Essa crise decorre daquilo que a gente mais combate. Ela decorre pelas consequências do capitalismo. A desmobilização, que tentamos combater, a falta de percepção crítica de alguns militantes e dirigentes também, a intervenção partidária que existe muito forte dentro do MESS. É um dos pontos muito discutidos e, para mim, é um ponto que tenciona a crise, não que eu esteja dizendo que não é válida a participação das pessoas de partido, e nem que eu seja apartidária, mas estes não podem pautar a agenda política desse movimento, não podem aparelhar o MESS (PAGU).

Esta afirmação acerca da influência dos partidos políticos na crise vivenciada desse movimento converge com a afirmação de Rosa Luxemburgo e Frida Kahlo, que na época de suas militâncias se filiaram ao Partido dos Trabalhadores. A primeira, no momento da entrevista, diz que “o PT daquela época era um PT”. Continua seu raciocínio afirmando que esse partido “não tinha, ainda, se transformado no que é hoje, continuando a implementar e aprofundando o

processo de contra-reformas”. E finaliza enfatizando que “uma particularidade dessa geração é que muito gente saiu do PT, mas não se filiou em um partido”. A segunda relata que,

Saí do PT porque, para mim, ele faz hoje um desserviço ao MSs. Passaram a fazer tudo que a gente criticava, caíram no discurso do governismo. Passaram para o lado da classe dominante. Para mim o governo Lula destrói o ciclo PT. Apesar de ele ter sido uma referência do campo de esquerda da nossa juventude. Os MSs estão em um processo de cooptação nesse período do governo Lula, no qual o ME esta inserido.

Esta crise não tem influências somente da correlação de forças partidária e na perda do referencial no campo de esquerda com o esfacelamento do PT. Ela reflete uma conjuntura na qual esta correlação de forças está inserida, a conjuntura das contra-reformas. Nesse sentido Rosa afirma que

A análise que faço do ME, atualmente, é uma análise preocupada com os rumos desse movimento. Por essa crise que é comum a todos os MSs no contexto extremamente adverso para a organização da classe trabalhadora. O neoliberalismo veio como uma das principais questões para destruir a perspectiva de classe. Isso afeta todos os MSs e no ME isso não é diferente. Temos uma mudança de perfil, uma maior pauperização dos estudantes. Tudo isso traz dificuldade para a organização do movimento. E, no caso, especial do MESS que não conseguiu eleger sua executiva, mas que eu não considero que é uma crise de ausência de sujeitos de hegemonia, porque nós tivemos três chapas. Eu refuto isso muito mais a uma dimensão que eu acho que é da maturidade para construção de uma saída para não deixar isso acontecer. Agora que aconteceu é construir saída para isso. Inclusive ex-militantes no CFESS/CRESS fizeram e assinaram uma carta de apoio,⁴⁵ de solidariedade e que pensa a necessidade de construir uma saída. Pretendemos ampliar essa carta e discuti-la no ENPESS para construir saídas nesse momento, dessa conjuntura que nos impõe a necessidade de termos entidades fortes. Na minha visão não é uma crise tão profunda como a da UNE e acho que faltou uma maior maturidade que é uma construção histórica.

Rosa expõe uma discussão em sua fala que, também, é travada por Che Guevara. Este acredita que a falta de uma coordenação nacional na Executiva do curso de Serviço Social é um problema porque, geralmente, as coordenações regionais da ENESSO não possuem uma identidade política. Na visão dele, isso

⁴⁵ Ver anexo C.

pode causar a falta de articulação entre elas e prejudicar os encaminhamentos para a concretização das lutas em âmbito nacional. Ele conclui seu raciocínio afirmando que a importância de uma coordenação nacional constituindo a ENESSO está nessa articulação entre as coordenações regionais para um melhor encaminhamento das lutas em nível nacional e uma melhor articulação com as outras entidades da profissão.

Apesar de toda essa conjuntura adversa pode afirmar-se que a participação nas atividades, nos fóruns, nas discussões e nos grupos políticos que constituem o MESS é de extrema importância na formação individual e profissional da(o) estudante de Serviço Social. Este trabalho confirma em todas as entrevistas a importância do MESS na formação profissional dos estudantes desse curso:

A participação nesse movimento foi muito importante para mim enquanto profissional e como pessoa. O ME trouxe, além da contribuição de conhecer outros MSs, contribuição na formação profissional. Nos encontros temos uma discussão sobre conjuntura, cultura, projeto-ético político(PEP), formação profissional. E esses debates somam muito na nossa formação profissional e política. A participação no MESS também na contribuição para a visão do todo, pois para fazer uma análise conjuntural precisamos dessa visão e isso soma muito na nossa formação profissional. (PAGU)

No Serviço Social sempre priorizávamos a formação política e profissional, acompanhávamos as atividades da categoria. Nós enquanto estudantes nos preocupávamos com isso. A articulação com o movimento geral também contribuiu para nossa formação profissional. Existia uma consciência de que, por sermos lideranças, tínhamos que ser também os melhores em sala de aula. Isto para podermos ser também melhores no Movimento Estudantil (BÁRBARA DE ALENCAR).

Essa relação da militância com a formação profissional, como também ressalta o relato acima, remete a essa uma relação bilateral. Ou seja, o processo de formação também é considerado como importante para a “qualificação” da participação das (os) estudantes do Serviço Social. As reflexões possibilitadas pelos debates em sala de aula, atividades desenvolvidas pela categoria de uma forma geral, ampliam a capacidade crítico-reflexiva. Da mesma forma, essa capacidade crítico-reflexiva também é alimentada pela militância política, já que ela capacita às (aos) estudantes

através do próprio caráter político que possui. Daí que por meio da participação no MESS se pode, como ressaltam as falas das (os) entrevistadas (os), apreender certos elementos concernentes à formação com mais propriedade. Sobre isso observemos os relatos abaixo:

É um movimento de extrema importância para a construção dessa maturidade política. O ME trouxe inúmeras contribuições na minha vida pessoal e individual. Tive a percepção de como se deu a construção do PEP, da efetivação ou não dele. É um espaço que a gente pode estar fazendo luta política e não nos restringir só a sala de aula. Instiga muito a leitura e aprimoramento acadêmico (CHE GUEVARA).

Para mim a participação nas entidades e no MESS foi uma profunda escola de formação política e profissional, e até no nível pessoal para você amadurecer e saber se virar, saber enfrentar diversas dificuldades esse movimento é de extrema importância. O MESS foi uma grande escola para mim. Não acredito que falemos de revolução sem estar estudando para isso e formando quadro com seriedade. Sem eu ter passado no MESS minha formação não seria a mesma, seria com certeza muito mais superficial (FRIDA KAHLO).

Finalizo essa análise das entrevistas apontando que todos os entrevistados acreditam na superação dessa crise vivenciada no MESS que não tem rebatimentos somente neste Movimento Social e que é reflexo dos desdobramentos da ordem social vigente. Acreditam que este momento serve para amadurecermos e aprofundarmos análises, pois por seu caráter dialético este movimento é constituído por inúmeros avanços e recuos, possibilitando a reorganização e o reencanto diariamente. Para isso é necessária uma construção coletiva através da capacidade de rearticulação política desse segmento, da vontade política dos sujeitos históricos, da nossa maturidade e da necessidade de manter esse patrimônio histórico tão necessário na conjuntura em que vivemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desafio é (re)encantar-se

Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar.

Thiago de Melo

No decorrer da construção desse trabalho é perceptível que se realiza uma abordagem teórica conceitual sobre os Movimentos Sociais, inserindo o MESS neste contexto. A partir disto, observa-se a existência de três paradigmas que foram abordados no primeiro capítulo dessa monografia. Estes são os paradigmas norte-americanos, os europeus e o latino americano. Logo após, conceituamos MSs e respectivamente o ME. Foi notório, na discussão, que a categoria central para a caracterização dos Movimentos Sociais é o caráter contestatório que este apresenta.

Na história do Brasil, o período de redemocratização e a conjuntura que vivemos aparecem como processos antagônicos que determinam os aspectos conjunturais que exercem fortes influências no processo de desenvolvimento da organização política dos MSs e do MESS. São justamente estes elementos conjunturais que aproximam os movimentos de uma postura mais crítica e revolucionária ou de uma posição passiva e conformada. Um dos rebatimentos desta última se manifesta na experiência do Partido dos Trabalhadores, que outrora se punha de forma relevante na articulação das lutas da classe trabalhadora, mais precisamente no período de 1980, e que na década atual tem se rendido às demandas neoliberais e se colocado como um “desfavor” para com os Movimentos Sociais, sendo caracterizado como um dos marcos da implementação e do aprofundamento do projeto neoliberal.

A estrutura política e organizativa do Movimento Estudantil de Serviço Social, que historicamente se constitui como potencializadora da luta e participação política das (os) estudantes de Serviço Social, tem também sido

afetada pela lógica neoliberal. O crescimento dos cursos de ensino à distância é um dos exemplos disso. A ausência de uma vivência política, de um processo de formação de qualidade, com base no diálogo, no debate e na reflexão crítica, faz com que os elementos basilares da formação profissional sejam desconsiderados. A lógica governista é a da inclusão. Inclusão de qualquer jeito, sem uma preocupação com a qualidade do ensino. Inclusão, portanto, que atende centralmente as exigências dos organismos multilaterais.

Nestes termos a luta do MESS têm sido tencionada por uma perspectiva que, de forma acrítica, redirecione as ações para essa lógica utilitarista e mercantilizadora. Assim, qualquer posição que se manifeste contrária a essa lógica é vista como ataque ao direito individual. A crítica ao sucateamento das universidades, à privatização do ensino é posta em xeque diante do discurso governista da universalidade a qualquer custo, ainda que seja pelo financiamento público a instituições privadas, como no caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A importância desse trabalho se direciona para atualizar e socializar o processo de reorganização em que está inserido este movimento. O contexto do MESS está envolto por um momento crucial de crise por parte da classe trabalhadora. Crise que traz a necessidade de uma ruptura radical com a ordem social vigente. Crise que traz uma necessidade, ainda, de um esforço, no sentido, da organização, da mobilização e da articulação da classe trabalhadora como um todo. Traz a necessidade de uma reorganização das nossas entidades o que reflete com clareza no MESS. Enfim, esta monografia vem no intuito de proporcionar contribuições para que futuras gerações construam o seu processo de formação política e profissional e continuem construindo este movimento tão importante para a concretização das lutas sociais.

Concluo, então, essa exposição afirmando que o Movimento Estudantil de Serviço Social, apesar de todas as limitações apresentadas – transitoriedade do movimento, maior precarização do ensino superior, processo avançado de contra-reformas – caracteriza-se como um Movimento Social. Como foi apresentado no primeiro capítulo e identificado na percepção de todas (os) as (os) entrevistadas

(os) neste trabalho. Percebo, ainda, um processo de crise que é reflexo da conjuntura perversa em que vivemos. Assim, este movimento é de suma importância para a formação profissional e o desafio da reorganização, pois “é caminhando que se faz o caminho”.

Para tanto, se faz necessário que se construa um movimento plural, que permita a expressão das diversas posições. Um movimento autônomo, que garantindo a manifestação das diversas expressões, no entanto, não se filie exclusivamente a uma ou outra. Ou seja, de forma mais clara, o movimento pode e deve interagir com outros movimentos e mesmo partidos políticos, no entanto, as decisões do movimento devem ser fruto do próprio movimento.

Por fim, faz-se necessário que os corações e mentes se conduzam na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade, que não a do capital. Sociabilidade em que sejam postas as bases matérias necessárias ao pleno desenvolvimento da emancipação humana, em que não se manifeste nenhum tipo de exploração e opressão, e em que todas as pessoas sejam livres e tenham suas necessidades plenamente satisfeitas. Este é para nós que acreditamos na luta e na continuidade dela um grande desafio. E para aqueles que não mais acreditam na forma e no poder da vida: o desafio é (re) encantar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo ditadura militar. Disponível em: <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/contexto.htm>. Acesso em: 8 de nov, 2008.

AMMANN, Safira Bezerra. Movimentos Sociais: unidade na diversidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n.36. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Uma Esquerda Fora do Lugar: o governo lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOITO JR, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Disponível em: http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 30 de jul, 2008.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Constituicao_brasileira_de_1988. Acesso em: 8 de nov, 2008.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **História não tem fim... Mas tem começo**. Fortaleza, 2004. Texto apresentado no Seminário de comemoração de 25 anos do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social da UECE.

ENESSO. **Estatuto da ENESSO**. Contagem, 2007a.

_____. **Cartilha da ENESSO: 20 anos**. 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da Previdência e da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **O que é política social**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros Falsos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

GENOINO, José. Um projeto socialista ainda em construção. In: GADOTI, Moacir. **Pra que PT?** São Paulo, 1989, p.359.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HOURTART, François. Os Movimentos Sociais e a construção de um Novo Sujeito Histórico. In: **A Teoria Marxista Hoje: problemas e desafios**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MANDEL, Ernest. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa, Edições Antídoto, 1979.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.), et al. **Reforma Universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social**: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos. Recife: UFPE, CCSA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 1996.

RODRIGUES, Larisse de Oliveira. **O Movimento Estudantil e a Formação Política do (a) Estudante de Serviço Social**: Contribuições e desafios. Natal: UFRN, CCSA. Trabalho monográfico, 2008.

SANTOS, Silvana; RAMOS, Sâmya. O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social. In: **ABESS**. n.07. São Paulo: Cortez, 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.

SILVA, Airton Marques, et al. **Trabalhos Científicos**: organização redação e apresentação. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2006.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da Mudança Social**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

VASCONCELOS, Ailton Marques de; SAMPAIO, Karlene Lobo. **A trajetória política dos encontros estudantis de Serviço Social**. In: Seminário Nacional de Formação profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social, 7, s/1, 2003. CD-ROM.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer Monografia na prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. Tradução de Rodrigo León Contrera. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VIEIRA, Daniela Araújo. **M.E. “Compromisso e resistência”**: uma historia de vidas na construção de Serviço Social. São Luís: UFMA, CCSA. Trabalho monográfico, 2003.

ANEXOS

ANEXO A

ENTREVISTA

- 1) Como você definiria o Movimento Estudantil?
- 2) Você participou de alguma entidade na época de sua militância estudantil (Centro Acadêmico (CA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), Executiva de Curso)? Caso a resposta seja sim, qual gestão? Qual período?
- 3) Como se deu sua aproximação com a entidade? Como você considera que foi sua participação?
- 4) Esteve vinculada (o) a algum grupo político e/ou partido? Qual projeto político desse grupo e/ou partido (principais idéias defendidas, bandeiras de luta, posições políticas, etc.)?
- 5) Participou de algum outro movimento social? Sua participação se deu de forma isolada ou mediada pelo grupo político? Essa sua relação com outro movimento social contribuiu de alguma forma para sua militância no ME? Destaque essas contribuições?
- 6) No que se refere à formação profissional, quais as contribuições que o ME /MS trouxe para o processo de sua formação? Qual a sua análise sobre a influência dessa sua participação no MESS sobre sua vida político-profissional?
- 7) Atualmente, você participa de algum movimento social ou entidade? Como se deu sua inserção nesse movimento e/ou entidade? O ME estabelece alguma relação com ele?
- 8) Você mantém ainda algum contato com o ME/MESS? Qual a análise que você faz dele nesse período atual?

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, autorizo a utilização e publicização das informações concedidas por mim nessa entrevista, como parte da pesquisa acadêmica com título provisório “Os sonhos não envelhecem: trinta anos de re-organização do MESS”, realizada pela graduanda Andréa Alice Rodrigues Silva, sob orientação do professor Estênio Ericson Botelho de Azevedo.

Fortaleza, _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO C

CARTA LANÇADA NA LISTA DA EXECUTIVA MESS, APÓS O 37º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. ESTA FOI ESCRITA POR EX-MILITANTES DE VÁRIAS GERAÇÕES E CORRENTES DO MOVIMENTO.

Aos Estudantes de Serviço Social, Coordenadores Regionais da ENESSO e Diretorias de C.A.s e D.A.s do país.

Reunidos em Brasília por ocasião do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, nós, ex-militantes de várias gerações e correntes do movimento estudantil de Serviço Social nos dirigimos aos membros atuais da ENESSO, diretorias de CAs e Das e aos estudantes em geral, militantes do MESS e das forças políticas que nele atuam, no sentido de manifestar nossa preocupação com a ENESSO, que neste momento se encontra sem uma direção nacional eleita, em função de dificuldades políticas no último ENESS.

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro, e foi construída por muitas mãos e forças políticas desde 1979, tendo sido Executiva Nacional, SESSUNE e ENESSO. Em seu âmbito se formaram gerações de assistentes sociais no campo do projeto ético-político, muitos hoje militantes do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS, da ALAEITS e dos movimentos de resistência à barbárie capitalista. Nesse momento de contra-reforma do ensino superior é mais do que nunca fundamental que a ENESSO esteja forte, representativa e estruturada.

Daí nosso chamado aos atuais militantes do MESS para que esta crise seja brevemente e de forma consistente superada, já que as tarefas são urgentes. Compreendemos que uma crise pode ter duas saídas: a de sua superação com aprendizado e saldo organizativo e político; ou seu aprofundamento levando a

mais fragmentação e enfraquecimento. O entendimento da necessidade de ter uma entidade forte para incidir na luta social nesse momento histórico deve estar acima de diferenças que podem ser decididas no debate democrático. Nesse sentido, esperamos que prevaleça a maturidade, o aprendizado e a busca de uma solução negociada e democrática para o impasse da ENESSO. Elaine Rossetti Behring (RJ), Celso Severo (PE), Alison Cleiton (PB), Kelly Samara (PB), Sâmya Rodrigues Ramos (CE), Sâmbara Paula Ribeiro (CE), Rodriane de Oliveira (RJ), Andréia Carla Everton (MA), Edson Gonçalves Silva (PA), Maria Cristina de Queiroz Nobre (CE), Aurineide Maria Cunha (CE), Régia Maria Prado Pinto (CE), Adelina Maria Melo Feijão (CE), Rivânia Lúcia Moura de Anis (CE), Matheus Thomas (RJ), Elias de Souza Oliveira (PR), Marcelo Situonsky (PE), Charles Travezani de Jesus (ES), Tiago Barbosa dos Santos (SP), Thaísa Teixeira Closs (RS), Marylucia Mesquita Palmeira (CE), Leile Silvia C. Teixeira (GO), Fernanda da Silva Fernandes (DF), Ludmila Weizmann S. Levyski (DF), Janaína Loeffler de Almeida (MT), Conceição Rosa Paula Ferreira (MT), Thallyta de Carvalho Tomimatsu (DF), Maria Cristina Vidal Cardoso (DF), Érica Garcia Velasco (MT), Rosa Helena Stein (DF), Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF), Agostinho Soares Belo (PA), Lélia Penha Vianna Silva (MA), Terezinha de F. Rodrigues (SP), Albany Deudesca Silva (SE), Heleni Duarte Dantas de Araújo (BA), Wagner Antônio Alves Gomes (MG), Ruth Brito dos Santos (CE), Mauricleia Soares dos Santos (SP), Leonardo Pessoa Borges (PE), Marlene Merisse (SP), Kellen Cristina Dalcin (PR), Renata Marenziuzek dos Santos (PR), Ana Lúcia S. P. Baptista (PR), Áurea Santomi Fuziwara (SP), Joana Maria Gouveia Franco. (SP), Joice Figueiredo Ribeiro (PR), Érica Karla Melo e Silva (RN), Ivanete Boschetti (DF).